



**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI
VICE-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

ANA CÉLIA DE BRITO CAMPOS

**A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS E ESTADUAIS QUE
NORTEIAM O COMBATE A EVASÃO ESCOLAR NO ESTADO DO CEARÁ.**

**ITAJAÍ
2025**

ANA CELIA DE BRITO CAMPOS

**A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS E ESTADUAIS QUE
NORTEIAM O COMBATE A EVASÃO ESCOLAR NO ESTADO DO CEARÁ.**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Acadêmico em Educação da
Universidade do Vale do Itajaí, como requisito
à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador/a: Prof. Dr.^a Elaine Cristina da
Silva Martins

**ITAJAÍ
2025**

ANA CÉLIA DE BRITO CAMPOS

A importância das políticas públicas nacionais e estaduais que norteiam o combate a evasão escolar no estado do Ceará.

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Educação da Universidade do Vale do Itajaí,

Linha de Pesquisa: Políticas de Educação Básica e Superior

Itajaí, 03 de julho de 2025.

Prof.^a Dra. Verônica Gesser
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Elaine Cristina da Silva Martins
UNIVALI – Orientador

Prof.^a Dr.^a Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
UNIVALI

Prof. Dr. Naiara Gracia Tibola
Universidade do Planalto Catarinense UNIPLAC

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de muito esforço, dedicação e, acima de tudo, amor — amor pelo conhecimento, pela minha trajetória, pela educação e pelas pessoas que estiveram comigo em cada passo desse caminho.

A jornada do mestrado foi marcada por desafios, aprendizados e conquistas que não seriam possíveis sem o apoio e o amor daqueles que caminharam comigo. Por esse motivo, dedico este trabalho às pessoas que estiveram ao meu lado durante todo esse processo de aprendizagem.

Início dedicando esta dissertação a **Deus**, sem ele nada é possível, e se cheguei até aqui foi com a ajuda e permissão dele. Em seguida, à memória da **mãe**, cujo amor, força e sabedoria seguem vivos em mim, mesmo ausente fisicamente. Sua presença se manifesta em cada passo que dou e em cada conquista que alcanço. Este trabalho carrega parte da mulher admirável que você foi, e que continua sendo a grande fonte de inspiração na minha vida.

Aos meus filhos, Nathan e Igor, que, com sensibilidade, maturidade e generosidade, foram mais que um apoio: foram presenças constantes e essenciais ao longo desta caminhada. Nathan, sua dedicação, incentivo, apoio e ajuda foram fundamentais para que eu permanecesse firme diante dos desafios. Esta conquista também é sua. Igor, sua atenção e preocupação comigo em cada etapa me fortaleceu e o seu orgulho em me ver estudando e superando meus limites me encorajava a concluir essa etapa da minha vida acadêmica, senti o seu carinho e admiração em todas as fases vivenciadas.

Ao meu esposo, Natanael, companheiro incansável, por estar ao meu lado com amor, paciência e compreensão. Seu apoio silencioso e constante me fortaleceu nos momentos de incerteza, e sua fé em mim foi combustível nos dias difíceis. Sou profundamente grata por tudo que compartilhamos ao longo deste processo.

As minhas irmãs Cleidy e Noima representando aqui todos os meus irmãos e **sobrinhas Nadiely e Leilane** representando todos os meus sobrinhos e sobrinhas, essas mulheres fortes que sempre se apoiam nas dificuldades e constroem suas histórias de vida marcada por lutas, coragem e vitórias, vocês me inspiram a ser cada dia melhor na minha profissão, pois sei que em muitos momentos de alguma forma também inspiro vocês.

E à **minha orientadora, Elaine Cristina da Silva Martins**, cuja orientação sensível, rigor acadêmico e disponibilidade foram decisivos para a realização deste trabalho. Sua escuta atenta e incentivo foram essenciais para que esta dissertação ganhasse forma, profundidade e sentido. Levo comigo o aprendizado construído em cada etapa desta jornada.

A todos vocês, meu mais sincero agradecimento e eterna gratidão. Esta dissertação é também resultado da presença e do apoio de cada um.

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. ”

(Paulo Freire, 1996, p. 53)

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida e está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), no curso de Mestrado Acadêmico em Educação na linha de pesquisa Políticas para a Educação Básica e Superior, no Grupo de Pesquisa Observatório da Alfabetização, Multiletramento e Educação Especial. A reforma do Ensino Médio introduziu os itinerários formativos, estabelecendo carga horária mínima de 600 horas (1.200 para cursos técnicos) e exigindo que escolas ofereçam pelo menos dois itinerários (exceto as de EPT). Esta pesquisa direciona olhares para a implementação dessa política e seus impactos na estrutura curricular, no acesso à educação e nos desafios escolares, com foco em sua aplicabilidade para diversificar trajetórias educacionais e reduzir desigualdades. A pesquisa foi guiada pela seguinte questão: Como os documentos legais do estado do Ceará norteiam o combate à evasão escolar no ensino médio da rede pública de ensino? O objetivo geral consistiu em analisar como os documentos legais do estado do Ceará norteiam o combate à evasão escolar no ensino médio da rede pública de ensino. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, com procedimento bibliográfico e análise documental. Como suporte teórico, foram utilizadas as referências Arroyo (2011), Carvalho (2020), Garcia (2020) que versam sobre as problemáticas referentes à escola, abandono e/ou evasão escolar, além das dissertações utilizadas nas análises que estruturam este trabalho. Os resultados encontrados apresentam características em comum. Entre elas, destaca-se que as causas da evasão escolar são multifatoriais. Questões socioeconômicas têm grande peso nesse cenário. Além disso, a falta de motivação dos alunos aparece como fator recorrente. Problemas familiares também influenciam diretamente na permanência dos estudantes na escola. Outro ponto relevante é a infraestrutura inadequada das instituições de ensino. Soma-se a isso a existência de currículos que não atendem às necessidades reais dos alunos. Todos esses elementos foram frequentemente evidenciados nos documentos analisados. As estratégias apontadas incluem a oferta de apoio financeiro, suporte psicossocial, formação continuada de professores, reformulação curricular e melhorias na infraestrutura escolar. Políticas públicas, como programas de incentivo financeiro e iniciativas voltadas à integração escola-comunidade, são identificadas como eficazes na permanência escolar. O estudo reforça a necessidade de uma abordagem integrada que envolva escolas, famílias, comunidades e governo para garantir condições adequadas ao aprendizado e à permanência dos estudantes.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Evasão Escolar. Ensino Médio.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the scope of the Academic Master's Degree and is linked to the Postgraduate Program in Education at the Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), in the Academic Master's Degree in Education course in the research line policies for Basic and Higher Education, in the Research Group Observatory of Literacy, Multiliteracy and Special Education. The High School reform introduced training itineraries, establishing a minimum workload of 600 hours (1,200 for technical courses) and requiring schools to offer at least two options (except EPT). This research focuses on the implementation of this policy and its impacts on the curricular structure, access to education and school challenges, with a focus on its applicability to diversify educational paths and reduce inequalities. The research was guided by the following question: How do the legal documents of the state of Ceará guide efforts to prevent school dropout in high school in the public education system? The general objective was to analyze how the legal documents of the state of Ceará guide the fight against school dropout in high school in the public school system. This is a qualitative study, with a bibliographic procedure and documentary analysis. The theoretical support was based on the works of Arroyo (2011), Carvalho (2020), Garcia (2020), which deal with the problems related to school, school abandonment and/or dropout, in addition to the dissertations used in the analyses that structure this work. The results found have characteristics in common. Among them, it is important to highlight that the causes of school dropout are multifactorial. Socioeconomic issues carry significant weight in this scenario. In addition, the lack of motivation of students appears as a recurring factor. Family problems also directly influence the permanence of students in school. Another relevant point is the inadequate infrastructure of educational institutions. Added to this is the existence of curricula that do not meet the real needs of students. All of these elements were frequently highlighted in the documents analyzed. The strategies identified include offering financial support, psychosocial support, ongoing teacher training, reformulation, and improvements in school infrastructure. Public policies, such as financial incentive programs and initiatives aimed at school-community integration, are identified as effective in ensuring school retention. The study reinforces the need for an integrated approach involving schools, families, communities, and government to ensure adequate conditions for students' learning and retention.

Keywords: Educational Policies. School Dropout. High School.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Critérios de Inclusão e Exclusão das Teses e Dissertações.....	27
Figura 2 - Trajetória da Pesquisa.....	39
Figura 3 - Análise de Indicadores Educacionais – abandono e evasão escolar.....	45
Figura 4 - Evolução das Matrículas no Ensino Médio - Dependência Administrativa.....	52
Figura 5 - Matrícula Ensino Médio nos Estados - Dependência Administrativa (2023).....	53
Figura 6 - Matrículas no Ensino Médio no Estado do Ceará - Dependência Administrativa (2019-2023).....	53
Figura 7 - Documentos Selecionados e Analisados.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dissertações e Teses Selecionadas	28
Quadro 2- Eixos de Análise	37
Quadro 3 - Quadro das Metas com foco na educação da Evasão Escolar.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPGE - Pesquisa Políticas e Práticas de Currículo e de Gestão

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. LEVANTAMENTO DE ESTUDOS	26
3. METODOLOGIA.....	36
4. CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DA EVASÃO ESCOLAR	40
4.1. RELAÇÃO ENTRE O ECA E A EVASÃO ESCOLAR: COMO O ECA ABORDA A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL	46
4.2. ANÁLISE DAS METAS DO PNE RELACIONADAS À EVASÃO ESCOLAR.....	49
4.3. ANÁLISE DOS INDICADORES DO INEP EM RELAÇÃO ÀS MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO	52
4.4 POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS E ESTADUAIS EXISTENTES SOBRE EVASÃO ESCOLAR ...	55
4.5 PROGRAMAS DE INCENTIVO FINANCEIRO	57
5. DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DOS ACHADOS DE PESQUISA	61
5.1 DIRETRIZES NORTEADORAS NO ESTADO DO CEARÁ PARA COMBATER A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA DE ENSINO	61
5.1.1 Projeto “Busca Ativa Escolar”	63
5.1.2 Projeto “Ensino Médio, Presente! ”	65
5.1.3 Projeto “Professor Diretor de Turma”	66
5.1.4 Programa “Nem Um Aluno Fora da Escola”	71
5.1.5 Impactos na permanência dos estudantes no Ensino Médio no estado do Ceará pela eficácia das políticas públicas	72
5.1.6 Impactos do Projeto “Diretor de Turma” no combate à evasão escolar	73
5.1.7 Impactos do Programa “Busca Ativa Escolar”	75
6. CONSIDERAÇÕES	76
REFERÊNCIAS	13

1. INTRODUÇÃO

O ambiente escolar possui um papel fundamental quando se trata de potencializar vínculos sociais, desenvolver habilidades físicas e cognitivas e de tornar o aluno um agente social. Assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394/1996¹ e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990², garantem o direito à educação como fundamental para o seu desenvolvimento integral. No entanto, existem “percalços e negações diárias” do direito à educação que aumentam as chances de abandono e evasão escolar por parte dos jovens brasileiros (Silva; Outeiro, 2025, p. 293).

Fatores como a precariedade da infraestrutura escolar, a carência de recursos didáticos, a sobrecarga de professores e a insuficiência de políticas públicas eficazes limitam o acesso e a permanência dos estudantes no sistema educacional. Além disso, desigualdades socioeconômicas impõem barreiras adicionais, como a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho e a falta de apoio familiar, dificultando a continuidade dos estudos (Fermin, 2024; Pereira *et al.*, 2024).

Esta pesquisa terá como foco específico o ensino médio, sendo uma etapa crucial na formação dos jovens. É nesse período que muitos estudantes enfrentam desafios que podem influenciar sua decisão de continuar ou não na escola. É de extrema importância considerar as causas e consequências da evasão e do abandono escolar, buscando identificar estratégias eficazes para amenizar esses índices e incentivar a permanência dos estudantes no ambiente escolar.

Nesse contexto, faz-se necessário entender a diferença entre o conceito de abandono e evasão escolar, sendo que ambos são fenômenos complexos e multifatoriais. De acordo com Fonseca (2019), a evasão escolar é caracterizada pela interrupção da trajetória escolar antes de sua conclusão, enquanto o abandono se refere à saída temporária do aluno, que pode ou não retornar ao sistema educacional.

De acordo com Carvalho (2020), a evasão escolar ocorre quando o aluno

¹ BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB n.º. 9.394. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 maio 2025.

² BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília–DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 maio 2025.

abandona o ano letivo, ou seja, deixa de frequentar a escola ao longo do ano, sem alcançar um desempenho mínimo necessário para a aprovação. Outros autores definem esse acontecimento como “abandono” escolar. Paulo Freire (2000), enfatiza a relevância de uma educação libertadora para evitar o desinteresse e, conseqüentemente, a evasão escolar. Costa (1996) analisa os principais motivos que levam ao desinteresse e à desistência dos alunos. Já Vasconcellos (1995) investiga sobre as causas da evasão escolar e as dificuldades enfrentadas pelos alunos.

Além disso, quando o aluno não se matricula no ano seguinte, deixando de frequentar a escola, ocorre o que os autores denominam como “típica evasão do sistema”. A desistência do ano letivo é caracterizada quando o aluno se afasta da escola ao longo do ano, não obtendo um aproveitamento mínimo para a aprovação, o que é, muitas vezes, interpretado como abandono por alguns autores. Já quando o aluno não se matricula no ano seguinte, deixando de frequentar a escola, ocorre a chamada evasão do sistema (Tavares Júnior; Santos; Maciel, 2016).

Diante do exposto, é possível notar que há dificuldade em caracterizar abandono e evasão escolar, por existirem divergências nas bases teóricas. Ainda segundo Carvalho (2020) e Tavares Júnior; Santos; Maciel (2016), o abandono também se caracteriza por estudantes que — mesmo matriculados e frequentando a escola — não estão de fato vivenciando o processo educacional. Ou seja, mesmo presentes fisicamente, abandonam o processo de ensino-aprendizagem.

Menegusso (2022) confirma a necessidade de diferenciar evasão de abandono escolar, por serem categorias diferentes que frequentemente são consideradas análogas. O autor descreve que o abandono é o quadro de afastamento do aluno do processo escolar durante o período letivo, configurado pela frequência inferior a 75%. Ou seja, no abandono escolar, o aluno deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo. A matrícula é efetivada no início do ano, então o aluno começa a ter faltas reiteradas e não retorna naquele ano para a conclusão (Moreira, 2019, n.p.). Já a evasão escolar é definida como “[...] a situação do aluno que abandonou a escola ou reprovou em determinado ano letivo, e que no ano seguinte não efetuou a matrícula para dar continuidade aos estudos” (Moreira, 2019, n.p.).

Dentre os fatores que intensificam o problema da evasão escolar, tem-se o desinteresse pelo conteúdo curricular, dificuldades de aprendizagem e problemas emocionais ou comportamentais (Rumberger; Lima, 2008). Estudos como os

realizados por Mizukami (2002) e Silva (2010) apontam que a evasão escolar está frequentemente ligada à pobreza e à desigualdade social. Nesse cenário, os alunos provenientes de famílias com menor renda têm mais chances de abandonar a escola devido à necessidade de trabalhar para auxiliar no sustento familiar.

Assim, é importante destacar que o abandono escolar corresponde a uma interrupção pontual no decorrer do ano letivo, caracterizada pela ausência do estudante sem comunicação prévia ou matrícula em outra instituição de ensino, enquanto a evasão escolar se configura pela não continuidade dos estudos no ano subsequente, após o encerramento do período letivo anterior. Em outras palavras, enquanto o abandono implica o rompimento imediato da frequência escolar, a evasão evidencia a decisão de não retomar a vida escolar, resultando na descontinuidade do processo educacional.

Além disso, Cunha (2018) revela que a falta de infraestrutura adequada nas escolas públicas, como acesso a materiais didáticos e professores qualificados, também são fatores determinantes na evasão. O que corrobora com a visão de Finn; Rock (1997) quando afirmam que a alta rotatividade de professores e recursos pedagógicos limitados propicia maiores índices de abandono escolar.

Da mesma forma, aqueles que abandonam a escola, frequentemente enfrentam limitações em suas oportunidades de emprego e têm maior probabilidade de viver em condições de pobreza (Lange; Oaks, 2014). De acordo com Alves *et al.* (2019), a evasão escolar impacta negativamente o desenvolvimento econômico das comunidades e países, uma vez que reduz a qualificação profissional e, conseqüentemente, o crescimento econômico. Portanto, a evasão escolar é um problema que requer uma abordagem sistêmica que envolva políticas educacionais eficazes. Sendo assim, políticas públicas que visem melhorar as condições socioeconômicas das famílias também são essenciais para garantir que os jovens permaneçam na escola.

A compreensão das causas subjacentes à desistência dos alunos é fundamental para desenvolver intervenções adequadas que promovam a permanência na escola e garantam um futuro mais promissor para as novas gerações. Combater a evasão escolar no ensino médio da rede pública requer uma abordagem multifacetada que considere as diversas causas desse fenômeno.

Por se tratar de uma questão abrangente, diversas estratégias são

desenvolvidas e aplicadas em diferentes contextos como tentativas de enfrentamento à questão da evasão escolar. Programas de intervenção precoce, como acompanhamento individualizado e suporte psicológico, têm demonstrado impacto positivo na permanência dos estudantes, por exemplo. É válido sublinhar que problemas relacionados à saúde mental, provocados pela combinação da pressão acadêmica e questões pessoais e familiares, podem resultar em altos níveis de estresse e ansiedade, levando ao abandono escolar (Carvalho, 2022). É de suma importância a criação de um ambiente escolar positivo e acolhedor, onde a implementação de programas sociais e emocionais nas escolas auxilie os alunos a desenvolverem habilidades necessárias para lidar com desafios pessoais e acadêmicos (Durlak *et al.*, 2011). Assim como medidas de incentivo à continuidade dos estudos, como auxílios financeiros e bolsas, que apresentam resultados positivos em diferentes regiões.

Além disso, segundo Fredricks (2004), iniciativas voltadas à participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem contribuem para a redução da evasão. Bem como o envolvimento dos responsáveis na educação dos filhos, uma vez que pesquisas indicam que a participação familiar no ambiente escolar está associada a um melhor desempenho acadêmico (Hill; Tyson, 2009). A relevância da colaboração entre escola, família e comunidade no processo educacional é enfatizada por Pereira (2015). A colaboração entre escolas, famílias e comunidades é essencial para criar um sistema educacional mais inclusivo e eficaz.

Em relação às políticas públicas, recentemente o Programa Pé-de-Meia foi instituído como uma medida governamental para reduzir os obstáculos contribuídos para a evasão no ensino médio público. Regulamentado pelo Decreto n.º 11.901³, a iniciativa prevê a concessão de incentivos financeiros a estudantes de baixa renda, abordando a permanência escolar a partir de uma perspectiva econômica. Ao buscar minimizar as dificuldades financeiras que frequentemente levam os estudantes do ensino médio ao abandono dos estudos, o programa reconhece que a evasão escolar não se restringe a dificuldades individuais dos estudantes, mas reflete limitações estruturais do sistema educacional, que nem sempre atende às demandas específicas

³ BRASIL. Decreto n.º 11.901, de 26 de janeiro de 2024 — Regulamenta a Lei n.º 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público, e cria o Programa Pé-de-Meia. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d11901.htm. Acesso 27/05/2025.

daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Madaloz *et al.*, 2024). Medidas como apoio financeiro, melhoria das condições escolares, formação docente adequada e envolvimento comunitário ajudam a criar um ambiente propício ao aprendizado.

Além disso, é importante implementar sistemas de monitoramento que permitam identificar precocemente os alunos em risco de evasão. Ferramentas tecnológicas podem ser utilizadas para acompanhar o desempenho acadêmico e as frequências dos estudantes. Investir em estratégias baseadas em evidências pode não somente reduzir as taxas de abandono escolar, mas também contribuir para o desenvolvimento social e econômico das comunidades. O Projeto Diretor de Turma: Política Cearense de Combate ao Abandono Escolar (PPDT)⁴ foi implementado no Ceará desde 2008, e tem se mostrado uma estratégia eficaz no combate ao abandono escolar e na melhoria dos índices, especialmente na redução das taxas de evasão escolar e reprovação.

Abordando especificamente o Ensino Médio, Monica Ribeiro da Silva (2023) examina as transformações pelas quais este passou desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) em 1996 até o presente, com ênfase na mais recente reformulação conhecida como Novo Ensino Médio. O estudo analisa documentos normativos do legislativo e do executivo, evidenciando um contexto de disputas sobre os sentidos, finalidades e formas de organização dessa etapa da educação básica.

Silva (2023) descreve as três diretrizes curriculares nacionais estabelecidas para o Ensino Médio nos últimos 25 anos, bem como programas e ações governamentais, como o Programa Ensino Médio Inovador e o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. A análise aponta que as reformas implementadas nesse período nem sempre convergiram entre si, o que resultou em mudanças constantes e conflitos sobre a identidade do Ensino Médio. O autor também destaca o impacto da Medida Provisória 746/2016, posteriormente convertida na Lei

⁴ Projeto Diretor de Turma: Política Cearense de Combate ao Abandono Escolar (PPDT), visa proporcionar uma formação completa, atendendo às necessidades acadêmicas e socioemocionais dos alunos, com foco na permanência escolar, no sucesso acadêmico e na formação para a cidadania. CEARÁ. Secretaria de Educação. Projetos estruturantes. Disponível em <http://www.ceara.gov.br/governo-do-ceara/projetos-estruturantes>. Acesso em: 26/05/2025.

13.415/2017, que instituiu o Novo Ensino Médio⁵.

A reforma foi apresentada como objeto de controvérsias, principalmente devido à reorganização curricular baseada em itinerários formativos, à flexibilização do currículo e às condições de implementação nas redes estaduais.

A autora evidencia que a inclusão compulsória da Base Nacional Comum Curricular-BNCC⁶ no ensino médio impõe um modelo padronizado que desconsidera desigualdades educacionais e regionais. Além disso, a pesquisa aponta a precarização das condições de trabalho docente e a intensificação das desigualdades entre estudantes, uma vez que os itinerários formativos não garantem a liberdade de escolha, sendo determinados pela estrutura das redes de ensino (Silva, 2023).

A implementação do Novo Ensino Médio⁷ gerou reações de diversos setores da sociedade, resultando em mobilizações estudantis, manifestações contrárias e a realização de uma consulta pública pelo Ministério da Educação em 2023. Foram dois projetos de lei tramitando no Congresso Nacional, ambos com propostas de revisão da reforma, mas com enfoques distintos: um deles visa revogar a Lei 13.415/2017⁸ e restabelecer um modelo de ensino médio mais uniforme, enquanto o outro mantém parte das mudanças, como a existência dos itinerários formativos, mas propõe ajustes para minimizar impactos negativos, tais como a retomada da carga horária da formação geral básica para 2400 horas, gerando como consequência o retorno de disciplinas como história, biologia, sociologia e educação física e a diminuição da carga horária de itinerários formativos. Esse projeto de lei culminou na promulgação da Lei n.º 14.945/2024, com as respectivas mudanças. (Fagundes; Siqueira; Silva, 2023; Silva, 2023).

Segundo Fagundes, Siqueira e Silva (2023) e Silva (2023), as reformas

⁵ BRASIL. Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília-DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 22 maio 2025.

⁶ BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília-DF-DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 maio 2025.

⁷ A implementação do novo ensino médio, prevista na Lei 14.945/2024, está sendo gradualmente implementada a partir de 2025, começando pelos alunos da primeira série. Em 2026, as novas regras aplicar-se-ão à segunda série e, em 2027, à terceira série. A reforma visa flexibilizar a estrutura do ensino médio, tornando-o mais adequado às necessidades dos estudantes e do mercado de trabalho.

⁸ BRASIL. Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília-DF: Presidência da República, 2017 — Ibid.

educacionais podem atuar tanto no sentido de ampliar o acesso e a permanência dos alunos quanto no sentido contrário, ao dificultar a trajetória escolar em função da desarticulação curricular, do enfraquecimento de disciplinas e da implementação desigual dos itinerários formativos.

A nova lei regulamenta os itinerários formativos e prevê a construção de diretrizes para sua oferta. A carga horária mínima dos itinerários será de 600 horas, com exceção da formação técnica e profissional, quando pode chegar a 1.200 horas. Os itinerários formativos deverão servir como um aprofundamento das seguintes áreas do conhecimento ou do ensino técnico: I – Linguagens e suas tecnologias; II – Matemática e suas tecnologias; III – Ciências da natureza e suas tecnologias; IV – Ciências humanas e sociais aplicadas; V – Formação técnica e profissional, organizada a partir das diretrizes curriculares nacionais de educação profissional e tecnológica (EPT)⁹. A lei determina que os sistemas de ensino devem garantir que todas as escolas ofereçam, no mínimo, dois itinerários formativos. A regra não vale para escolas que ofertam EPT (FORTALEZA, 2025).

A relação entre as políticas públicas estaduais e o combate à evasão escolar no ensino médio exige uma análise aprofundada dos efeitos das recentes reformas sobre a trajetória educacional dos estudantes, bem como dos desafios que precisam ser superados para assegurar sua permanência e conclusão dessa etapa de ensino. Medidas eficazes são fundamentais para enfrentar esse problema, incluindo o investimento na formação continuada de professores e na melhoria da infraestrutura escolar. A articulação entre governo, escolas e sociedade civil pode contribuir para a construção de um ambiente mais favorável à aprendizagem, reduzindo as taxas de evasão.

A escolha do tema desta pesquisa está diretamente relacionada à minha trajetória profissional e pessoal¹⁰. A evasão e o abandono escolar são questões que sempre despertaram inquietação em mim, não somente na dimensão profissional, mas também em âmbito pessoal, uma vez que, em meu contexto familiar, o abandono escolar tem marcado significativamente a vida de meus irmãos, trazendo consequências duradouras. Vindo de uma família numerosa, composta por oito irmãos, dos quais somente três concluíram o ensino médio, dois alcançaram o ensino superior e um está atualmente matriculado em curso de mestrado, esse passo tornou-

⁹ Conselho Estadual de Educação do Ceará. O que muda a partir de 2025. Fortaleza: CEE, 2024. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/2024/08/02/o-que-muda-a-partir-de-2025/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

¹⁰ O uso da primeira pessoa foi empregado exclusivamente nesse trecho da pesquisa por se tratar de um relato pessoal da pesquisa para contribuir com a justificativa de escolha do objeto de estudo.

se motivo de grande orgulho diante das condições e do histórico familiar. Além disso, o foco da dissertação está voltado para o estado do Ceará, região onde vivo hoje e me deparo com as consequências da evasão na rotina escolar das unidades de ensino.

Esta dissertação de mestrado está ligada à Linha de Pesquisa Políticas para a Educação Básica e Superior-PPGE da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), no âmbito do Curso de Mestrado Acadêmico em Educação. Para a pesquisa, foi formulada a seguinte questão-problema: Como os documentos legais do estado do Ceará norteiam o combate à evasão escolar no ensino médio da rede pública de ensino?

O objetivo principal deste estudo é analisar como as políticas públicas do estado do Ceará contribuem para o combate à evasão escolar no ensino médio da rede pública de ensino. Os objetivos específicos incluem: Mapear teses e dissertações que tratam sobre a evasão escolar no ensino médio. Verificar as principais políticas públicas implementadas pelo estado do Ceará para a permanência dos estudantes no ensino médio da rede pública. Identificar nos documentos legais do estado do Ceará diretrizes norteadoras para combater a evasão escolar no ensino médio da rede pública de ensino.

A pesquisa em questão adota uma metodologia qualitativa, bibliográfica e documental para investigar a evasão escolar, buscando compreender os fatores que contribuem para esse fenômeno e as contribuições das políticas públicas existentes, partindo da análise de teses e dissertações acadêmicas. A pesquisa qualitativa permite uma interpretação aprofundada das causas e consequências da evasão, enquanto o levantamento bibliográfico proporciona embasamento teórico por meio de obras relevantes na área da educação. Além disso, a análise documental possibilita a revisão crítica de políticas públicas, registros institucionais e outros documentos que contextualizam o problema.

O referencial teórico desta pesquisa sobre a evasão escolar no Ensino Médio da Rede Pública de Ensino no estado do Ceará baseia-se em conceitos e teorias educacionais fundamentais que tratam da importância da educação como um direito social e da necessidade de políticas públicas eficazes para a permanência dos estudantes no sistema educacional. A obra de Paulo Freire é importante para a análise

da temática, especialmente no que tange ao entendimento das práticas educativas como instrumentos de transformação social.

Em “Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos” Freire (2000), reflete sobre a relação entre educação e sociedade, destacando a importância da conscientização dos educandos em um processo pedagógico que vá além da simples transmissão de conteúdo. A indignação que ele propõe está relacionada à tomada de consciência sobre as desigualdades sociais e à busca por uma educação que promova a autonomia e a emancipação dos indivíduos. No contexto da evasão escolar, essa perspectiva mostra que a educação não deve ser somente um meio para a inserção no mercado de trabalho, mas um processo que favoreça o desenvolvimento crítico e o protagonismo dos estudantes, fatores que contribuem diretamente para a permanência na escola.

Em “Educação como prática da liberdade” Freire (1999), amplia seu argumento, propondo a educação como um exercício de liberdade e como um direito inalienável dos indivíduos. A prática educativa, segundo ele, deve ser orientada para a superação das condições de exclusão e desigualdade que afetam os estudantes, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade social, como muitos na rede pública de ensino. Para Freire (1999), a formação de um sujeito crítico e consciente de seu lugar na sociedade é essencial para a educação cumprir sua função transformadora. Esse princípio, quando aplicado ao caso da evasão escolar, sugere que políticas públicas voltadas para a permanência dos alunos devem estar centradas não somente na infraestrutura escolar, mas também na formação de um ambiente educacional que estimule a participação ativa e o desenvolvimento pleno dos estudantes.

Já em “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa” Freire (1996), destaca a importância da autonomia no processo educativo. O autor trata da necessidade de os educadores compreenderem que o ensino deve ser uma prática dialógica, respeitando os saberes e as experiências dos alunos. Esse conceito é pertinente para a análise das políticas públicas no Ceará, pois a autonomia educacional é diretamente afetada pelas condições que permitem ou dificultam a permanência do aluno na escola. A ausência de políticas que promovam a inclusão efetiva e a valorização das trajetórias individuais dos estudantes pode resultar na falta de engajamento e, conseqüentemente, na evasão escolar.

O referencial teórico dessa dissertação também se apoia nas contribuições de Dermeval Saviani, especialmente em relação às suas análises sobre a escola, a educação e a democracia. Em “Escola e democracia” Saviani (2018), argumenta que as relações internas à escola não podem ser dissociadas do processo democrático mais amplo da sociedade. O autor afirma que, embora a democratização das relações escolares seja importante, ela não é suficiente para garantir a preparação dos jovens para a participação ativa na sociedade. Este entendimento é essencial para a análise da evasão escolar, por sugerir que a escola precisa não somente adotar práticas pedagógicas democráticas, mas também integrar seu trabalho ao processo de democratização social.

Para Saviani (2018), a educação deve ser um espaço que contribua de maneira pedagógica para a construção de uma sociedade mais democrática, tratando da desigualdade real no ponto de partida e da busca pela igualdade possível no ponto de chegada. Esse princípio se aplica diretamente ao combate à evasão escolar, pois a escola precisa ser um local que ofereça condições de igualdade e participação plena aos seus estudantes, para estimular sua permanência.

No artigo “A defesa da escola pública na perspectiva histórico-crítica em tempos de suicídio democrático”, Saviani (2020) discute a importância da defesa da escola pública e os desafios impostos pela sociedade capitalista à educação pública. A perspectiva histórico-crítica, defendida por Saviani, vê a luta pela educação pública de qualidade como uma luta pelo socialismo, ou seja, pela superação das desigualdades estruturais que afetam a educação no Brasil.

Saviani (2020) faz uma crítica ao neoliberalismo e a outras concepções que fragilizam a escola pública, propondo que a escola deva ser um agente de transformação social. No contexto da evasão escolar, essa crítica tem lugar, pois as políticas públicas educacionais devem ser entendidas como parte de uma luta maior contra as desigualdades sociais que contribuem para o abandono escolar. A defesa da escola pública, portanto, não se limita à sua manutenção, mas envolve uma perspectiva de mudança estrutural que visa garantir o acesso e a permanência de todos os alunos, independentemente de sua classe social.

Ainda, em “O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC”, Saviani (2007) analisou a proposta do Ministério da Educação e suas implicações para a qualidade do ensino nas escolas públicas. Ele questiona a eficácia

dos planos educacionais para melhorar a qualidade da educação básica, identificando os pontos fortes e as limitações das políticas educacionais implementadas. A análise de Saviani (2007) sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) oferece uma base importante para compreender as políticas públicas que visam combater a evasão escolar. Pois ele sugere que qualquer plano educacional eficaz deve considerar a realidade social e econômica dos alunos e buscar formas de superar as desigualdades educacionais, como uma das principais causas da evasão. Este autor também propõe que as ações do governo consigam assegurar uma educação básica de qualidade, o que inclui garantir a permanência dos estudantes na escola e combater a exclusão educacional.

Em conjunto com as contribuições de Paulo Freire e Dermeval Saviani, pesquisadores como Alfredo Veiga-Neto, José Carlos Libâneo e Miguel Arroyo também realizaram pesquisas relevantes que auxiliam na discussão sobre a evasão escolar e as políticas públicas educacionais. Veiga-Neto (2007), com sua abordagem crítica sobre a relação entre educação e sociedade, destaca a importância de uma educação que considere a realidade dos estudantes e promova a sua inclusão social. Libâneo (2015), por sua vez, discute a organização escolar e a democratização do ensino, enfocando a importância de práticas pedagógicas que favoreçam a permanência dos alunos na escola. Arroyo (2011), com suas análises sobre a gestão educacional, enfatiza a necessidade de políticas públicas que integrem a escola ao contexto social e econômico das comunidades, favorecendo, assim, a redução da evasão escolar.

Segundo Maria Helena Souza Patto (1990), em *“A produção do fracasso escolar”*, a pesquisa sobre evasão escolar é fundamental para revelar as múltiplas dimensões que influenciam o abandono dos estudantes, como fatores socioeconômicos, estruturais, familiares e pedagógicos. Argumenta ainda que, compreender essas questões permite que gestores e educadores criem políticas e práticas educacionais mais inclusivas e sensíveis às realidades dos alunos, promovendo uma educação mais equitativa e acessível (Patto, 1990).

Após o exposto nesta primeira seção, a pesquisa foi composta por contexto histórico e social da evasão escolar apresentando os fatores históricos e suas mudanças ao longo dos últimos dez anos, evidenciando também, a evolução das taxas de evasão escolar no Brasil ao longo destes mesmos períodos e as análises

dos fatores socioeconômicos que contribuem para a evasão, como pobreza, desigualdade social e acesso à educação.

Na sequência, na segunda seção, avaliam-se os documentos legais do estado do Ceará e suas diretrizes norteadoras para combater a evasão escolar no ensino médio da rede pública de ensino.

Na terceira seção, é apresentada a metodologia da pesquisa, com a caracterização do seu tipo, os procedimentos adotados e os métodos de análise utilizados, sendo as etapas organizadas e ilustradas por meio de um fluxograma explicativo.

Na quarta seção, é abordado o Contexto Histórico e Social da Evasão Escolar, onde se analisam os fatores históricos, sociais e econômicos no que se refere à permanência dos estudantes nas instituições de ensino, especialmente no Ensino Médio. Nas subseções temos a “Relação entre o ECA e a Evasão Escolar” que discute como o Estatuto da Criança e do Adolescente reconhece a educação como um direito fundamental e determina responsabilidades legais para garantir o acesso e a permanência dos alunos nas escolas. Em sequência, aborda-se “Análise das Metas do PNE Relacionadas à Evasão Escolar” sobre seus compromissos estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação (2014–2024), destacando metas voltadas à universalização do Ensino Médio e à melhoria das taxas de matrícula e permanência. Complementa-se na subseção: “Análise dos Indicadores do INEP”, os dados estatísticos sobre matrículas, abandono e rendimento escolar, os quais revelam padrões preocupantes de evasão, especialmente entre jovens em situação de vulnerabilidade. A pesquisa, ainda nessa seção, contempla, as “Políticas Públicas Nacionais e Estaduais Existentes sobre Evasão Escolar”, com análise de programas e ações governamentais voltadas à prevenção e combate da evasão, com destaque para iniciativas como o Busca Ativa Escolar e programas regionais de apoio pedagógico e social. E por fim, na subseção dos “Programas de Incentivo Financeiro” apresenta iniciativas que utilizam transferências de renda condicionadas à frequência escolar, como estratégias eficazes para garantir a permanência dos estudantes, principalmente os de baixa renda.

Na última seção, intitulada “*Discussão e Apresentação dos Achados de Pesquisa*”, são analisadas as diretrizes e ações efetivas implementadas no estado do Ceará para o enfrentamento da evasão escolar no Ensino Médio da rede pública. Em

suas subseções, apresentam-se as *“Diretrizes Norteadoras no Estado do Ceará para Combater a Evasão Escolar no Ensino Médio da Rede Pública de Ensino”*, com um panorama das principais políticas educacionais adotadas no estado. Mostra-se o projeto *“Busca Ativa Escolar”*, que atua na identificação e reintegração de estudantes evadidos, com enfoque na articulação entre diferentes setores. Outro projeto apresentado é o *“Ensino Médio, Presente!”*, que evidencia estratégias para o fortalecimento da permanência escolar por meio do acompanhamento individualizado dos alunos. Já na subseção do projeto *“Professor Diretor de Turma”*, analisa-se o vínculo mais próximo entre professores e estudantes, com foco na orientação e no acompanhamento pedagógico contínuo. E na última subseção, do programa *“Nem Um Aluno Fora da Escola”* é discutido como uma política de integração de dados e monitoramento da frequência escolar, visando prevenir o abandono.

Esta quinta seção e suas respectivas subseções, abordam, respectivamente, os impactos dessas políticas públicas na permanência dos estudantes no Ensino Médio, com destaque para os resultados positivos da atuação do projeto *“Diretor de Turma”* e da iniciativa *“Busca Ativa Escolar”*, cuja eficácia tem se refletido na redução dos índices de evasão no Ceará. Assim, esta parte da pesquisa evidencia como a articulação entre programas estratégicos tem contribuído de forma concreta para o enfrentamento da evasão escolar no contexto estadual.

Por fim, esta pesquisa traz a importância da reflexão sobre a evasão e abandono escolar, sendo que esta tem a capacidade de contribuir para a compreensão e entendimento de um problema social e educacional significativo, que afeta o desenvolvimento individual, coletivo e atinge diretamente a sociedade.

2. LEVANTAMENTO DE ESTUDOS

Um levantamento de estudos abrangente deve incluir estudos acadêmicos, relatórios governamentais e publicações de organizações não governamentais que abordem a temática da evasão escolar. O principal objetivo dessa revisão é proporcionar uma visão geral atualizada sobre o estado do conhecimento em relação ao objeto de estudo escolhido.

Nesta perspectiva, realizou-se uma consulta expandida nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações-BDTD. A opção pela BDTD fundamenta-se em sua relevância como repositório nacional de teses e dissertações, reunindo textos completos de diversas instituições de ensino e pesquisa do Brasil e de brasileiros no exterior. Essa plataforma oferece acesso gratuito e organizado à produção científica nacional, o que a torna uma fonte confiável e abrangente para embasar a revisão da literatura desta dissertação. Dessa forma, esta pesquisa evidencia que o tema constitui um dos gargalos da educação brasileira, onde a problemática já ocupa o centro de debate do ambiente acadêmico e científico.

Sendo assim, através da realização do levantamento na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações-BDTD, foram utilizadas estratégias de busca específicas. A escolha por pesquisar unicamente nessa plataforma se deu pelo fato da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), coordenada pelo IBICT, ser um repositório nacional que reúne e disponibiliza, de forma gratuita, teses e dissertações de programas de pós-graduação stricto sensu de instituições brasileiras, tendo uma contribuição na democratização do acesso ao conhecimento científico, promovendo a difusão da produção acadêmica e o fortalecimento da ciência aberta no país.

Além de ampliar a visibilidade dos trabalhos acadêmicos e fomentar colaborações entre pesquisadores, a BDTD oferece mecanismos de busca eficientes, facilitando a localização de conteúdos relevantes e a construção de novas pesquisas. Cumpre, ainda, importante papel na preservação da memória científica nacional, assegurando o registro duradouro da produção intelectual brasileira. O recorte temporal estabelecido para o período foi de 2015 a 2024, uma janela de tempo em que se observou uma maior ênfase no tema da pesquisa. Para a busca, inicialmente, utilizaram-se as palavras-chave “política pública AND evasão escolar”, que geraram 75 resultados. Para um segundo filtro, ao utilizar o descritor “políticas públicas AND

evasão AND abandono escolar no ensino médio”, obtiveram-se 40 resultados, sendo este segundo filtro o de maior relevância para compor este estudo.

A gestão da revisão de literatura foi realizada a partir das teses e dissertações selecionadas, as quais foram sistematizadas em uma planilha contendo o registro dos autores, ano, título e universidade. Essas leituras atentas dos resumos geraram reflexões e discussões pertinentes que enriqueceram o levantamento bibliográfico. Especificamente, definiram-se dois critérios de inclusão e exclusão para os trabalhos:

Figura 1 - Critérios de Inclusão e Exclusão das teses e Dissertações

Inclusão

- O trabalho apresenta discussões sobre o abandono e evasão escolar no ensino médio.
- O trabalho apresenta reflexões sobre as políticas públicas voltadas ao combate à evasão e ao abandono escolar no ensino médio,

Exclusão

- Estudos cujo contexto de pesquisa não estava relacionado ao abandono escolar e à evasão no ensino médio regular.
- Estudos cujo conteúdo não era relevante para os domínios da pesquisa.

Fonte:

Elaborada pela autora (2025).

Após a aplicação dos critérios de exclusão, foram selecionados sete documentos acadêmicos (dissertações e teses) pertinentes ao escopo deste estudo dentre os 40 documentos resultantes após a leitura dos títulos, conforme disposto abaixo:

Quadro 1- Dissertações e Teses selecionadas

ORDEM	AUTOR	ANO	TÍTULO	UNIVERSIDADE
1	Menegusso, Letícia	2022	Programas de combate ao abandono escolar no Paraná (2018/2019): reflexões e compreensões.	Universidade Federal do Paraná- UFPA.
2	Ferreira, Valdirene de Jesus	2022	A evasão escolar na educação básica: um estudo com moradores do campo.	Universidade Federal de Viçosa – UFV.
3	Sousa, Eliézio Moura de	2016	A reprovação, evasão e abandono no ensino médio noturno de uma escola estadual do Amazonas.	Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF.
4	Carvalho, Janne Brandão de Melo	2020	O abandono escolar na escola de ensino médio de Croatá Flávio Rodrigues, no Ceará.	Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.
5	Garcia, Ângela Soares	2020	Evasão, abandono escolar e elevação da frequência em uma escola do centro-oeste mineiro: um caso de sucesso no 1º ano do ensino médio.	Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.
6	RAMOS ,Ana Carolina	2021	<i>Abandono e evasão escolar de adolescentes: problema para uma rede (integrada) de proteção.</i> Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas)	Universidade Estadual de Campinas, Limeira
7	Ponciano, Jéssica Kurak	2022	“Ninguém mandou você engravidar!”: um estudo de caso sobre a evasão escolar de jovens mulheres.	Universidade Estadual Paulista – Unesp.

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A pesquisa intitulada “*Programas de combate ao abandono escolar no Paraná (2018/2019): reflexões e compreensões*” de Menegusso (2022) visou analisar as políticas públicas em vigor no estado do Paraná, com foco no combate ao abandono escolar através dos Programas: “*Combate ao Abandono Escolar*” (2018) e o Programa “*Presente na Escola*” (2019). Foi realizada entrevista com o servidor público que cuida da elaboração e implementação dos projetos. Além dele, foram entrevistados um professor de Matemática e a direção de um colégio estadual do Ensino Médio da região da CIC (Cidade Industrial de Curitiba). Para fundamentar as análises,

procederam-se a revisões de literatura, além da consulta de documentos oficiais (leis, cartilhas, etc.) que abordam o abandono escolar e evasão escolar. Nos resultados encontrados, observou-se a necessidade de diálogo com a comunidade envolvida na construção dos programas que podem auxiliar na construção de políticas públicas mais adequadas às diferentes realidades escolares brasileiras.

Já a dissertação de Ferreira (2022) intitulada: “*A evasão escolar na educação básica: um estudo com moradores do campo*” teve como objetivo conhecer o processo de escolarização e evasão escolar de moradores da zona rural de Viçosa–MG. Além disso, compilaram-se os dados estatísticos da evasão escolar no Brasil, em Minas Gerais e em Viçosa, em diferentes níveis de ensino, bem como na cidade e no campo, sendo apresentadas algumas pesquisas sobre o assunto produzidas no território brasileiro e suas contribuições para compreender tal fenômeno, realizando um breve histórico da educação rural e do processo de reivindicação da Educação do Campo.

A metodologia aplicada foi de revisão da literatura e levantamento de dados estatísticos referentes à temática. Além disso, foram realizadas entrevistas com 14 moradores da zona rural de Viçosa–MG que deixaram a educação básica, visando conhecer suas concepções acerca da escola e do processo de escolarização, bem como os motivos que os levaram a deixar o ambiente escolar e como avaliam essa experiência atualmente.

Os resultados evidenciaram que a população do campo enfrenta desafios significativos ao longo do processo de escolarização, como a oferta de um ensino desarticulado de sua realidade e de seus interesses e necessidades; a ausência de transporte adequado e a escassez de escolas próximas às residências. Tais fatores reforçam a importância da implementação efetiva de políticas públicas voltadas à Educação do Campo.

O estudo “A reprovação, evasão e abandono no ensino médio noturno de uma escola estadual do Amazonas” de Sousa (2016) investigou as causas para os altos índices de reprovação, evasão e abandono do turno noturno na escola abordada e elaborou um Plano de Ação Educacional visando oferecer um ensino de melhor qualidade aos alunos, aplicando os princípios da qualidade e equidade. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, com instrumentos de entrevistas e coleta de informações na Secretaria de Educação (SEDUC/AM), nos quais concluiu a

inexistência de uma política pública para o Ensino Médio Noturno na rede de ensino do estado do Amazonas. Outro fator relevante é que a escola, objeto de pesquisa, não tinha uma equipe gestora que focasse no fazer pedagógico, além do desinteresse de alunos; problemas didático-pedagógicos de alguns professores; alunos envolvidos com drogas; gravidez na adolescência; falta de estrutura adequada na escola (quadra esportiva, laboratórios, refeitório, auditório); inutilização da biblioteca e da sala de informática; irregularidades na oferta de merenda e deficiência do transporte escolar.

De acordo com Ramos (2021), existem inúmeros fatores que levam ao abandono e à evasão escolar, podendo ser extraescolares e escolares, ligados à juventude, família e posição socioeconômica. Alguns exemplos de fatores extracurriculares são: desinteresse; gravidez precoce; uso de drogas; residir na periferia; escolas distantes; questão racial; necessidade de iniciar no mercado de trabalho precocemente para dar suporte em casa; pais com baixa escolaridade; grande quantidade de irmãos; necessidade de dar assistência a um membro da família; dentre outros. Já os escolares são: defasagem idade-série; baixo rendimento ou desemprego escolar; falta de infraestrutura/atratividade e bullying. Todos esses fatores evidenciam a preocupação e a necessidade de criação e aplicação de políticas públicas eficientes nesses contextos.

Na pesquisa de Carvalho (2020) intitulada “O abandono escolar na escola de ensino médio de Croatá, Flávio Rodrigues, no Ceará” buscou compreender como se dá a relação das ações de enfrentamento ao abandono na instituição citada. Metodologicamente, foi utilizada uma pesquisa qualitativa e quantitativa. Foram conduzidas entrevistas de roteiro semiestruturado com os gestores escolares (diretor e coordenadores) e aplicados questionários para dois grupos específicos: alunos com experiência em abandono na escola e alunos evadidos. O diagnóstico dos números do abandono resultou em um percentual de 3,4% em 2018 nesta unidade. Isto demonstrou que, nos últimos anos, a escola tem conseguido chegar a avanços positivos, quando comparada com as altas taxas que se refletem nas escolas públicas do país. Entretanto, há casos isolados de turmas — em especial do período noturno — nas quais há uma maior concentração desse fenômeno.

Garcia (2020) na dissertação “Evasão, abandono escolar e elevação da frequência em uma escola do centro-oeste mineiro: um caso de sucesso no 1º ano do ensino médio” tinha como objetivo compreender as ações realizadas pela Escola

Estadual Monsenhor Domingos, localizada em um município do centro-oeste mineiro, no período de 2016–2019, que culminaram na redução dos índices de evasão, abandono e infrequência entre alunos do ensino médio, com destaque aos resultados do 1º ano desta etapa educacional. A pesquisa trouxe como metodologia os métodos qualitativo e quantitativo, realizando análises documentais e pesquisa de campo junto aos 261 alunos matriculados nos três anos que compõe o ensino médio da instituição, através da aplicação de questionários semiestruturados e entrevistas dos responsáveis pelo acompanhamento administrativo e pedagógico da instituição. Ao término, pode-se notar uma melhora dos índices de fluxo e desempenho pedagógico da escola nos últimos anos.

Após a conclusão da pesquisa de campo observou-se que determinadas ações realizadas apresentaram impacto direto na frequência dos alunos e permanência dos mesmos na instituição, destacando-se: atendimento psicológico, semana de avaliações, possibilidade de diálogo com direção e professores, presença da família na escola, existência de projetos recuperadores, incentivo as ações propostas e coordenadas pelos alunos, entre outros. A partir do consolidado das entrevistas das responsáveis pelo acompanhamento da escola por parte da Superintendência Regional de Ensino, foi possível concluir que as ações de incentivo ao protagonismo juvenil e a gestão aberta ao diálogo são pontos de destaque da escola.

A pesquisa intitulada “Abandono e evasão escolar de adolescentes: problema para uma rede (integrada) de proteção” de Ramos (2021) possuía como intuito analisar a articulação dos agentes sociais (profissionais da rede de proteção infantojuvenil, adolescentes e sua família) frente à situação de abandono e evasão de adolescentes nas escolas estaduais de Limeira–SP.

Além de entender as motivações do fenômeno e suas múltiplas dimensões, a pesquisa objetivava compreender de que forma o poder público se mobiliza para o enfrentamento da questão e se essas ações são coordenadas ou não, bem como perceber como acontecem os processos de comunicação entre os agentes das políticas públicas e suas consequências, buscando criar possibilidades de melhoria nos índices de abandono e evasão escolar.

A situação foi estudada a partir de entrevistas semiestruturadas com educadores, conselheiros tutelares, profissionais das políticas públicas, adolescentes e uma família. Foi possível observar que se trata de uma questão complexa e

multifatorial, formada por fatores pertencentes às dimensões escolares, socioeconômica, familiar e singular aos adolescentes, se entrelaçando e dificultando a resolução da ocorrência do abandono e da evasão, destacando a vulnerabilidade social como contexto de risco para o fenômeno.

Os posicionamentos de agentes públicos sobre o problema da evasão escolar influenciam diretamente nas estratégias adotadas para o enfrentamento da questão. Ações inclusivas ou excludentes podem ocorrer nos âmbitos das políticas públicas, minimizando ou reforçando os processos de afastamento do jovem da escola.

Por fim, o estudo “Ninguém mandou você engravidar! um estudo de caso sobre a evasão escolar de jovens mulheres” de Ponciano (2022) buscou compreender a relação entre maternidade, juventude e evasão, partindo da hipótese de que, na escola investigada, a maternidade funciona como fator preponderante para o abandono da vida escolar das mulheres, bem como para o encerramento das vivências juvenis destas alunas. A pesquisa contou com entrevistas semiestruturadas às jovens absenteístas. Além disto, realizou-se a análise dos dados quantitativos sobre a evasão escolar produzidos pela própria instituição na última década por meio de atas de conselhos finais e do Censo Escolar pelo INEP. Os dados foram catalogados e analisados através da técnica de análise de conteúdo, tomando como referencial e arcabouço teórico a Sociologia da Juventude, os Estudos sobre Culturas Juvenis, a Fenomenologia Merleau Ponty, a Teoria Feminista e os Estudos de Gênero. Diante disso, concluiu-se que:

- A maioria das jovens evadidas em decorrência da maternidade não possui uma ampla rede de apoio e são, na maior parte dos casos, as únicas responsáveis pelos cuidados com o bebê e, diante desse fator, tomam para si toda a responsabilidade sobre o próprio fracasso escolar.
- A falta de políticas públicas adequadas torna a maternidade juvenil um empecilho para a permanência das alunas no ambiente escolar, essa dificuldade se dá em virtude do tratamento que recebem na escola, da falta de vagas em creches públicas e da falta de vagas em instituições que ofertam ensino noturno;
- A inserção no mercado de trabalho informal também é um fator que acomete a juventude feminina, atuando como elemento dificultador no processo de conciliação entre a vida acadêmica (escola) e trabalho, muitos

empregos informais não respeitam que a jovem funcionária ainda se encontra em processo de escolarização.

- A maioria das jovens evadidas se encontra em estado de vulnerabilidade social e, apesar de optarem pela interrupção temporária dos estudos, consideram o ambiente escolar e a formação acadêmica como uma ferramenta importante para o desenvolvimento e ascensão social, pessoal e profissional.
- Na percepção da maioria das colaboradoras, a maternidade evidenciou o final da juventude e o início da idade adulta, simbolizando uma espécie de ritual de passagem de uma condição à outra.

Deste modo, ao observar as dissertações analisadas que tratam sobre o objeto de estudo dessa pesquisa, Ponciano (2022), corrobora afirmando que, para dar início a discussão sobre o fracasso escolar no que se refere ao contexto de abandono e evasão escolar, é preciso inicialmente compreender as suas dimensões na educação brasileira, considerando que o Brasil é um país com um território extenso e cheio de particularidades, considerando o contexto e realidade de cada região.

Ainda segundo a autora, existem diversas formas de interpretar o conceito exato da expressão “evasão” e “abandono escolar”, sendo que a diversidade de conceitos acaba por atrapalhar a identificação e a investigação das causas e das motivações deste problema. Uma vertente essencial seria compreender a relação entre os motivos de ingresso e a trajetória dos desistentes, inclusive daqueles que permaneceram e dos egressos desse público. Além disso, a autora defende a necessidade de refletir sobre o processo de democratização e universalização da educação pública no país. Em suma, o problema da evasão, com outras questões relacionadas ao fracasso escolar, só surge, de fato, quando a escola se abre para todas as classes sociais e suas especificidades (Ponciano; 2022).

É possível perceber que, ao abordar os fatores que levam à evasão e ao abandono escolar, os autores estão em consonância, concluindo que o problema é composto por fatores externos e internos à escola. Conclui-se também que os jovens que estão em classes sociais menos favorecidas têm mais chances de abandonar a escola devido aos fatores mencionados anteriormente, que confirmam a ideia de que a posição social do indivíduo em uma sociedade capitalista, leva-o a escassas possibilidades de mobilidade social. Ou seja, a pobreza, uma das principais causas de evasão escolar, faz com que os estudantes precisem substituir o estudo pelo

trabalho, visando contribuir para a renda familiar. Com isso, o aluno percebe a falta de ligação entre o currículo escolar e a sua realidade e, como consequência, os conteúdos abordados na escola tornam-se “irrelevantes” para o seu futuro, contribuindo negativamente para a ação de abandono dos estudos.

A partir dos resultados encontrados na busca ao longo do levantamento de estudos, foi possível perceber que o tema constitui um dos gargalos da educação brasileira, na qual a problemática já ocupa o centro de debate do ambiente acadêmico e científico. No entanto, devido à sua multifatorialidade e grau de imbricamento social, é notável o potencial que novas pesquisas e estudos acerca do tema contribuiriam para a discussão, gerando uma melhor visualização, compreensão e abordagem desse entrave educacional. Além disso, constatou-se uma escassez de documentos que forneçam embasamento teórico sobre perspectivas diferentes das possíveis causas e intervenções no combate à evasão escolar, o que torna este estudo mais uma oportunidade para compartilhar essas descobertas. A revisão evidenciou que a evasão no ensino médio está ligada a: fatores econômicos (trabalho precoce); b: desengajamento curricular; c: políticas fragmentadas. Destaca-se, porém, a escassez de pesquisas sobre intervenções bem-sucedidas no Nordeste.

Exposto isso, há no Plano Estadual de Educação do Ceará (CEARÁ, 2016) com a Lei n.º 16.025¹¹, dentre as estratégias da meta 3, o exposto objetivo de identificar as principais causas da evasão e abandono dos jovens com faixa etária entre 15 e 17 anos, principalmente dos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade social. Através dessa meta, o objetivo é de procurar desenvolver mecanismos direcionados para a permanência dos estudantes na escola juntamente com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.

Dessa forma, a presente pesquisa se demonstra relevante por oferecer um recorte específico da realidade educacional do Estado do Ceará, pois analisando os documentos legais do estado do Ceará que norteiam o combate a evasão escolar no ensino médio da rede pública de ensino foi possível aprofundar a análise das causas da evasão e do abandono escolar no Ensino Médio, especialmente entre os jovens em situação de vulnerabilidade social. Ao identificar fatores locais e contextuais que

¹¹ CEARÁ. LEI N.º 16.025, DE 30.05.16 (D.O. 01.06.16). Plano Estadual De Educação (2016/2024). Disponível em: <<https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4019-lei-n-16-025-de-30-05-16-d-o-01-06-16>> Acesso em: 08/02/2025.

influenciam esses fenômenos, o estudo não somente contribui para a implementação de estratégias mais eficazes no âmbito estadual, como também pode servir de referência para a formulação de políticas públicas em outros estados brasileiros que enfrentam desafios semelhantes. Trata-se, portanto, de uma investigação com potencial de alcance ampliado, ao promover reflexões e ações concretas voltadas à garantia do direito à educação e à permanência escolar.

3. METODOLOGIA

Este capítulo aborda o percurso metodológico para a efetivação dos objetivos propostos. Vale ressaltar que este estudo tem como propósito central analisar como as políticas públicas formuladas pelo estado do Ceará contribuem para o enfrentamento da evasão escolar no ensino médio da rede pública. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa se propõe a mapear teses e dissertações que tratam dessa temática, visando compreender as abordagens já produzidas no âmbito acadêmico; identificar as principais políticas públicas implementadas no estado com o intuito de promover a permanência dos estudantes; e analisar os documentos legais cearenses, de modo a evidenciar as diretrizes que orientam as ações voltadas à redução da evasão escolar nessa etapa de ensino.

A pesquisa em questão tem uma abordagem qualitativa, de procedimento bibliográfico e documental, com análise de conteúdo, envolvendo artigos, documentos, dissertações e teses produzidas sobre a temática em estudo e buscando analisar como os documentos legais do estado do Ceará norteiam o combate a evasão escolar no ensino médio da rede pública de ensino.

Pode-se entender a análise de conteúdo como “[...] um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”, segundo Bardin (2016, p. 15). Já para a pesquisa qualitativa, Marconi e Lakatos (2011) discutem como uma abordagem essencial para captar subjetividade e a complexidade dos fenômenos sociais. Eles destacam que a pesquisa permite ao pesquisador compreender significados, valores, crenças e atitudes dos sujeitos em estudo, proporcionando uma análise profunda e detalhada das interações humanas.

Antônio Carlos Gil (2008) define a pesquisa bibliográfica como um procedimento de investigação baseado na análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses, monografias, documentos oficiais e outras fontes disponíveis, que abordem o tema de interesse. Ele também destaca que essa abordagem se diferencia por buscar informações já organizadas por outros autores, sem a necessidade de coleta direta de dados.

A intencionalidade da pesquisa é descobrir as variáveis em dissertação e documentos educacionais, os quais são uma construção sistêmica do objeto

investigado, utilizando a metodologia documental, que oportuniza desvendar novos aspectos do tema em estudo. A análise inicia-se a partir das etapas indicadas por Bardin (2016), a saber: pré-análise; análise do material; categorização da informação; tratamento dos resultados.

Dessa forma, na primeira etapa, a pré-análise, que se considera “[...] a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (Bardin, 2016, p. 125). Foi realizada a leitura flutuante dos documentos selecionados que enfatizam a temática evasão escolar. Compreendendo a importância de se estabelecer filtros e leitura atenta dos materiais encontrados para este estudo, sentiu-se a necessidade de criar eixos temáticos, considerando as variáveis de estudo. Esses eixos abrangem uma abordagem multidimensional para entender e combater a evasão escolar no Ensino Médio da rede pública.

Na segunda etapa, realizou-se a análise do material (categorização da informação), é a fase da exploração do material, sendo um processo mais minucioso. A interpretação de dados textuais ligados ao tema de pesquisa na análise de conteúdo é utilizada filtrando os documentos oficiais e materiais importantes para a pesquisa, auxiliando na análise e em uma compreensão mais ampla dos materiais estudados.

Após a leitura interpretativa, destacamos pontos comuns, que estabelecem semelhanças e associações de ideias nos documentos. Cada eixo foi explorado em profundidade para desenvolver discussões relevantes que possam gerar novas perspectivas para leitores da área, como gestores escolares, educadores e gestores de políticas públicas.

Quadro 2- Eixos de análise (Continua)

EIXOS TEMÁTICOS	OBJETIVOS
FATORES PSICOSSOCIAIS	
Causas Sociais e Econômicas. Fatores Psicológicos. Ambiente Escolar.	Identificar as raízes da evasão escolar através dos fatores citados e verificar quais políticas públicas são mais eficazes para mitigar os efeitos da evasão dos estudantes do ensino médio da rede pública do Ceará.

POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO	
Programas Governamentais. Legislação Educacional	Verificar as políticas públicas implementadas e identificar as diretrizes norteadoras do estado no combate à evasão.
INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS	
Metodologias Ativas de Ensino. Apoio Psicopedagógico	Verificar quais e analisar como estratégias pedagógicas e de suporte contribuem para o engajamento dos estudantes e a redução da evasão escolar.
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	
Sistema de Acompanhamento de Alunos. Avaliação Contínua das Políticas Implementadas.	Identificar a existência dos mecanismos de monitoramento e avaliação utilizados para acompanhar a efetividade das políticas públicas.

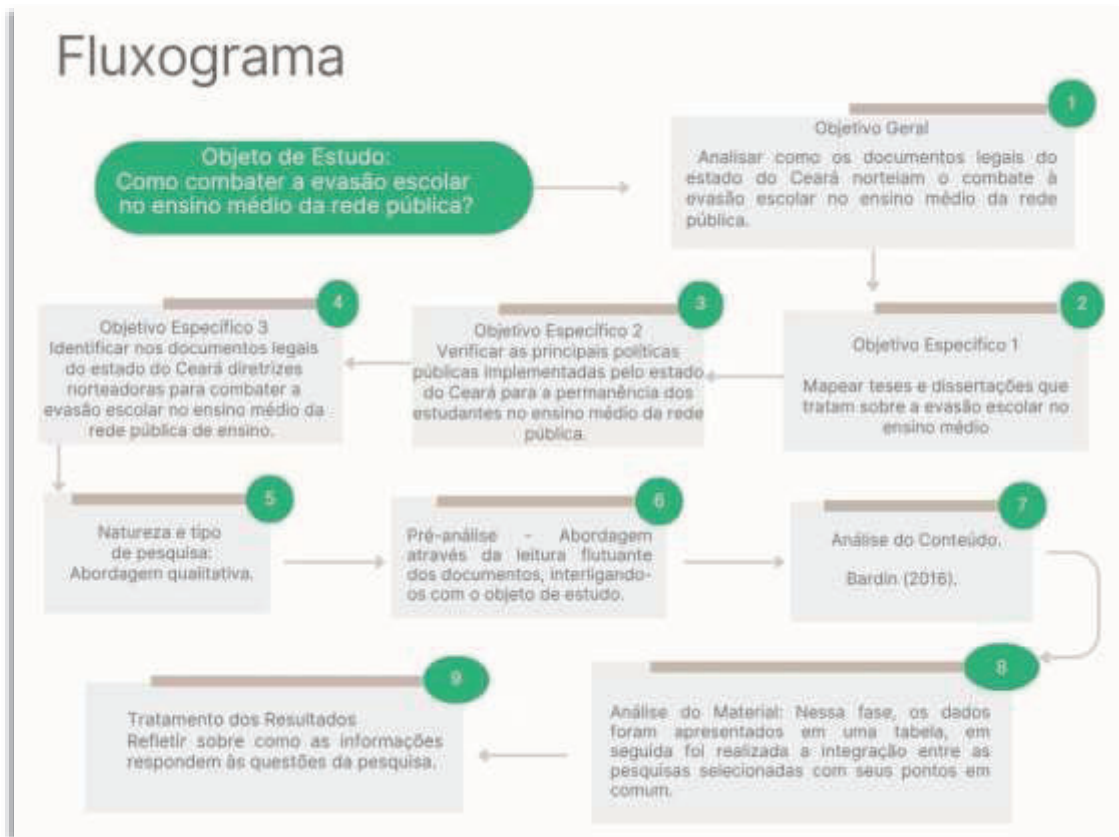
Fonte: elaborado pela autora (2025).

Na terceira etapa de análise dos resultados, buscou-se atingir o objetivo geral através da integração entre as pesquisas selecionadas que foram indispensáveis para a compreensão do objeto de estudo.

Nesta análise, buscaram-se verificar as principais políticas públicas implementadas pelo Estado do Ceará para a permanência dos estudantes no ensino médio da rede pública. O procedimento textual adotado permitiu identificar, nos documentos legais do estado do Ceará, as diretrizes norteadoras para o combate à evasão escolar da rede pública de ensino, cujos aspectos foram coletados e analisados conforme os eixos temáticos propostos. Na análise de dados, buscou-se entender como as políticas públicas nacionais e estaduais que norteiam o combate à evasão escolar no estado do Ceará estão sendo implementadas, quais os impactos na população-alvo e como podem ser aprimoradas. Trata-se de um procedimento textual, no qual são identificadas as principais diretrizes e expectativas na redução da evasão escolar.

Para melhor compreensão, abaixo o fluxograma das etapas da pesquisa:

Figura 2 - Trajetória da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora (2025).

O fluxograma acima demonstra a trajetória da pesquisa a partir da seleção dos documentos, coleta e análise de documentos que compõem o escopo desta investigação como objeto de estudo. A seguir serão expostas às contribuições que fundamentam a pesquisa e a análise dos dados.

4. CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DA EVASÃO ESCOLAR

A evasão escolar, como um problema social persistente, demanda uma análise aprofundada das condições que a perpetuam. Ao longo da história, diversos estudos apontam para a complexidade desse fenômeno, que se manifesta como resultado da interação entre fatores individuais, familiares, escolares e sociais mais amplos. Dados da UNICEF¹² mostram que uma parcela considerável de estudantes abandonam a escola antes de completar o Ensino Fundamental, e esse índice cresce ao longo da trajetória escolar. As razões para esse problema são múltiplas, incluindo dificuldades socioeconômicas, desigualdades regionais e deficiências no sistema educacional.

Paulo Freire (1999), em sua obra seminal “Educação como prática da liberdade”, apresenta a educação como um poderoso instrumento de transformação social. Para o autor, a educação não se limita à transmissão de conhecimento, mas, sobretudo, à formação de sujeitos críticos e capazes de agir sobre a realidade. Ao romper com a passividade e a alienação, os indivíduos podem assumir o protagonismo de suas vidas e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Nesse sentido, a educação se configura como o caminho para que grupos marginalizados superem o histórico de exclusão e se tornem agentes de mudança.

A história da educação no Brasil, por exemplo, revela um panorama de desigualdades que remonta ao período colonial. Durante os séculos XVI a XVIII, a educação era restrita a uma elite privilegiada, enquanto a maioria da população permanecia sem acesso ao conhecimento formal.

No Brasil, os estudos sobre a ação governamental adquiriram maior rigor teórico a partir da década de 1980. Para compreender essa ação e definir o conceito de política pública, é fundamental analisar a complexidade do termo “público”, que transcende a mera soma de indivíduos, cada um com seus interesses particulares. (Dias; Matos, 2012).

Secchi (2016) postula que as disfuncionalidades inerentes à vida coletiva manifestam-se na forma de problemas públicos, os quais se tornam objeto de estudo

¹² UNICEF. Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil>. Acesso em: 20.08.2024.

e intervenção por meio das políticas públicas. Estas últimas, por sua vez, são instrumentos projetados para mitigar ou solucionar tais problemas, sempre considerando as especificidades do contexto sociopolítico. Corroborando essa perspectiva, Dias e Matos (2012, p. 15) afirmam que as políticas públicas constituem um mecanismo de concretização dos direitos legalmente instituídos.

Segundo Dias e Matos (2012), a noção de políticas públicas é marcada por uma pluralidade de entendimentos. No entanto, os autores concordam que a concretização dos objetivos do Estado depende, em última instância, das escolhas e decisões do governo, as quais podem envolver a participação de múltiplos agentes políticos.

Ao analisar a questão da evasão escolar sob uma perspectiva social e setorial, é fundamental destacar o papel das políticas públicas educacionais. Nesse sentido, políticas direcionadas especificamente para combater a evasão deveriam ser uma prioridade para o Estado brasileiro. A educação, como um pilar fundamental para o desenvolvimento social, exige um investimento contínuo e estratégico do governo. (Dias; Matos, 2012).

A educação no Brasil, inicialmente subordinada às necessidades da economia agrária, ganhou maior relevância com a chegada da República. A necessidade de desenvolver o país impulsionou a criação de uma política educacional nacional, que se intensificou após a Revolução de 1930, com a promulgação de diversas leis e decretos (Santos, 2011).

Conforme Borja e Martins (2014), ao analisarmos as políticas públicas para as disfunções sociais na educação:

A evasão escolar ocupa, nos dias atuais, espaço relevante no cenário das políticas públicas e da educação em geral. Em face disso, as discussões, acerca dessa problemática, têm tomado, como ponto central de debate, o papel, tanto da família, quanto da escola, relacionado à situação acadêmica do educando (Borja; Martins, 2014, p. 95).

Outro desafio importante é garantir que as políticas sejam adaptáveis às realidades locais; uma abordagem única pode não funcionar em contextos diversos devido às variações socioeconômicas entre regiões.

As políticas públicas apresentadas para combater a evasão escolar são essenciais para garantir o direito à educação e promover o desenvolvimento social equitativo. Embora haja diversas estratégias inovadoras com sucesso em diferentes

contextos, é crucial continuar avaliando sua eficácia e adaptabilidade às necessidades específicas das comunidades atendidas. O envolvimento contínuo da sociedade civil, juntamente com os investimentos empresariais por parte do governo, será fundamental para reduzir as taxas de evasão escolar nos próximos anos.

Santos e Silva (2011) observam que a evasão escolar, embora seja mais discutida nos níveis fundamental e médio, também é um problema no ensino superior. As autoras destacam a importância de medir a evasão para avaliar as instituições e sugerem que a qualidade do ensino na etapa anterior pode influenciar essa taxa. Santos (2012, p.8) reforça a relevância da educação de qualidade em todos os níveis, argumentando que a “[...] globalização exige a formação de profissionais qualificados para garantir a competitividade dos países”.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo Art. 205, assegura:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988. p.109).

Com a Proclamação da República em 1889, houve um movimento em direção à democratização do ensino; no entanto, as disparidades regionais e socioeconômicas continuaram a perpetuar altos índices de evasão escolar.

No século XX, especialmente após a Constituição de 1988, o Brasil passou por diversas reformas educacionais que buscavam ampliar o acesso à educação básica. Com a implementação da LDB em 1996, houve um esforço significativo para melhorar a qualidade da educação e reduzir as taxas de evasão. Programas como o Bolsa Família foram introduzidos para combater a pobreza e incentivar a permanência dos alunos na escola. Esses esforços resultaram em uma redução gradual das taxas de evasão nas duas primeiras décadas do século XXI.

Com os avanços significativos na matrícula escolar, muitos alunos ainda abandonaram os estudos antes de concluir o ciclo educacional. Segundo dados coletados¹³ pelo IBGE e publicados pelo UNICEF e CENPEC Educação, cerca de 1,5 milhão de jovens entre 15 e 17 anos não estavam matriculados em nenhuma

¹³ ABRAFI — disponível em: <https://www.abrafi.org.br/index.php/site/noticiasnovo/ver/4244/educacao-superior>. Acesso em maio/2025.

instituição de ensino em 2020.

No Brasil, a educação é tanto responsabilidade do estado quanto das famílias, como preconiza a LDB:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

É notório que ainda persistem desafios significativos para a universalização do acesso à escola, especialmente entre os jovens. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad)¹⁴ 2023, divulgada pela Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, a taxa de escolarização entre os jovens de 15 a 17 anos em 2023 foi de 91,9%. Esse percentual, embora positivo, continua abaixo do objetivo de universalização do acesso à educação para essa faixa etária, conforme estabelecido pela LDB.

A pesquisa também revela dados preocupantes sobre a escolarização de jovens adultos, onde 30,5% das pessoas de 18 a 24 anos estavam frequentando a escola e somente 5% das pessoas com 25 anos ou mais estavam matriculadas em instituições de ensino. A Pnad 2023 destaca ainda que, entre os jovens de 14 a 29 anos no Brasil, 9 milhões não completaram o ensino médio. Esses jovens deixaram a escola antes de concluir essa etapa ou nunca a frequentaram, sendo que 58,1% desses jovens são homens e 41,9% mulheres.

O Ministério da Educação — MEC e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — INEP divulgaram, em 22 de fevereiro de 2024, os dados do Censo Escolar 2023. O estudo revela informações importantes sobre a evasão escolar no Brasil, com foco no ensino médio.¹⁵ Esta, continua sendo a etapa educacional com maior taxa de evasão e repetência. Segundo dados, a evasão escolar no ensino médio é de 5,9%, enquanto a taxa de repetência é de 3,9%. Para o Ministro da Educação, Camilo Santana, embora o Brasil esteja avançando na

¹⁴ Ministério da Educação. <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>> Acesso em: 17/10/2024.

¹⁵ Ministério da Educação — BRASIL. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-23#:~:text=Professores%20e%20diretores%20%E2%80%93%20Em%202023,Taxas%20de%20Transi%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 13/12/2024.

redução da evasão escolar, o ensino médio ainda enfrenta desafios significativos¹⁶.

No recorte por modalidade educacional do ensino médio, as taxas de evasão apresentam-se da seguinte forma: Educação escolar urbana: 5,9%, Educação especial: 6,2%, Educação rural: 5,9%, Educação indígena: 5,2% e Educação quilombola: 4,6%. No que se refere às matrículas no Ensino Médio no ano de 2023, foram registradas 7,7 milhões de matrículas no ensino médio, representando uma queda de 2,4% em relação a 2022. Essa diminuição é atribuída ao aumento das taxas de aprovação durante o período pós-pandemia. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)¹⁷, divulgada pelo IBGE no segundo semestre de 2023, revela que 91,9% da população de 15 a 17 anos frequenta a escola. Este índice sobe para 94,3% entre os jovens dessa faixa etária que já concluíram o ensino médio e não estão na educação superior.

O estado do Ceará tem participação significativa nos rankings quando se trata de dados quantitativos referentes à excelência na educação. No entanto, nota-se que no Ensino Médio ainda há questões relacionadas à evasão e ao abandono escolar. Em 2021, o estado teve a menor taxa de abandono escolar do país, segundo o censo, mas este percentual só faz parte do Ensino Fundamental, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A pesquisa também evidenciou que houve uma queda no número de alunos aprovados no ensino médio, tanto em escolas privadas quanto em públicas. Nacionalmente, a rede estadual, que abrange grande parte das matrículas do ensino médio, teve uma queda de quase 5% na taxa de aprovação e aumento na taxa de reprovação e abandono.

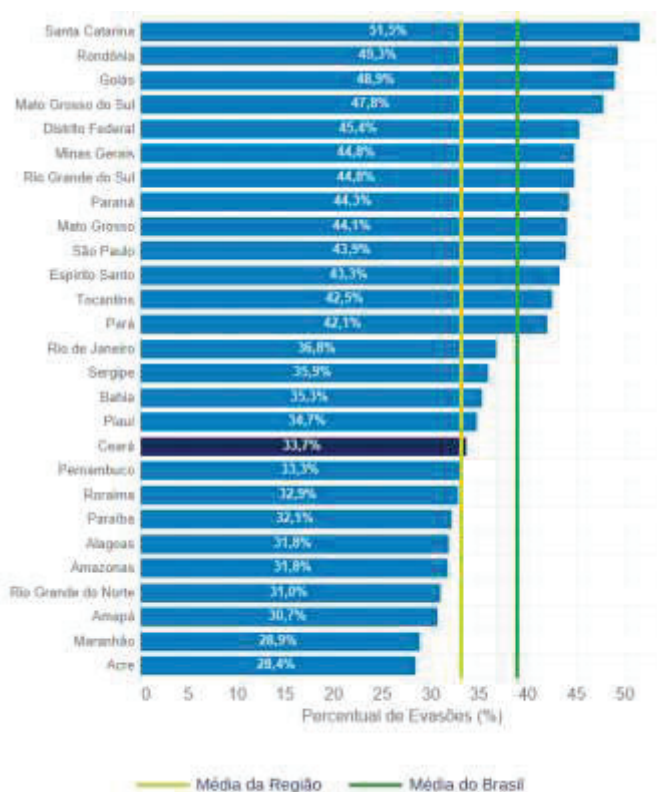
A LDB estabelece qual a idade indicada do aluno ao frequentar cada série da educação básica — sendo obrigatória dos 4 aos 17 anos. Para o Ensino Médio, a faixa etária ideal é dos 15 aos 17 anos. Assim, o primeiro passo para entender a ausência do jovem no Ensino Médio é compreender qual parcela desses jovens está fora da escola. A quantidade de jovens de 15 a 17 anos que está fora da escola é uma

¹⁶ Ministério da Educação — BRASIL. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202402/ensino-medio-tem-maior-taxa-de-evacao-da-educacao-basica>. Acesso em: 13/12/2024.

¹⁷ Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>. Acesso em: 13/12/2024.

estimativa feita com base na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

Figura 3 - Análise de Indicadores Educacionais – Abandono e Evasão Escolar



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD - (IBGE - 2024).

O gráfico disponível, com dados da PNAD Contínua do IBGE¹⁸, oferece uma análise aprofundada sobre o abandono escolar entre adolescentes no Ceará e em outros estados do Brasil. Focando na faixa etária de 15 a 17 anos, o gráfico indica que, em 2023, cerca de 91,9% dos adolescentes brasileiros estavam matriculados na escola. No entanto, esse percentual representa uma leve queda em relação a 2022, quando a taxa era de 92,2%.

O Ceará se destaca positivamente nesse contexto. Dados anteriores revelam que o estado foi o quinto que mais diminuiu o abandono no Ensino Médio entre 2010 e 2019, com uma redução de 66%. Além disso, em 2019, a taxa de abandono no Ensino Fundamental foi de somente 0,7%, uma das menores do país.

¹⁸ PNAD – IBGE. Disponível em: <https://www.fundacaotelefonica vivo.org.br/notas-tecnicas/analise-dos-dados-da-pnad-continua>.

Apesar dos avanços, desafios ainda são evidentes. Em 2023, a PNAD Contínua relatou que cerca de 9 milhões de jovens entre 14 e 29 anos no Brasil não completaram o ensino médio, sendo que 41,7% atribuíram à necessidade de trabalhar como a principal razão para o abandono escolar. Esse dado ressalta a importância de políticas públicas que integrem educação e inserção no mercado de trabalho para essa faixa etária.

O gráfico ainda possibilita comparações entre diferentes estados e regiões, evidenciando variações nas taxas de abandono escolar. Essas informações são cruciais para a formulação de estratégias educacionais que se adaptem às realidades locais, visando reduzir desigualdades e promover a permanência dos jovens na escola.

4.1. Relação entre o ECA e a evasão escolar: como o ECA aborda a questão da educação como um direito fundamental

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990, é um marco legal que visa garantir os direitos das crianças e adolescentes no Brasil. Entre esses direitos, destaca-se o direito à educação, considerado fundamental para o desenvolvimento pleno do indivíduo e para a construção de uma sociedade mais justa. A evasão escolar, por sua vez, é um complexo específico que afeta milhões de jovens brasileiros, comprometendo não somente suas oportunidades futuras, mas também o desenvolvimento social e econômico do país. Esta parte da pesquisa pretende analisar a relação entre o ECA e a evasão escolar, enfatizando como o ECA aborda a educação como um direito fundamental. O artigo 4º do ECA enfatiza que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir os direitos das crianças e adolescentes. A participação ativa da comunidade na vida escolar é crucial para criar um ambiente favorável à educação e reduzir as taxas de evasão.

Em seu artigo 53, a lei assegura o direito fundamental de crianças e adolescentes à educação, estabelecendo-o como um pilar para o desenvolvimento integral:

A criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando sê-lhes I -igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II -direito de ser respeitado por seus educadores; III -direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV -direito de organização e participação em entidades estudantis; V -acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais (BRASIL, 1990).

Ao citar nesse artigo que “toda criança e adolescente têm direito à educação”, a lei garante que essa educação deve ser oferecida em condições adequadas para garantir seu pleno desenvolvimento. O documento regulamenta a educação não somente como um meio de aquisição de conhecimento, mas também como uma ferramenta essencial para a formação da cidadania e para a promoção dos direitos humanos.

A evasão escolar pode ser entendida como a resistência ou abandono das atividades escolares antes da conclusão do ciclo educacional. Diversos fatores estão incluídos nesse fenômeno, tais como: questões socioeconômicas, falta de infraestrutura nas escolas, violência no ambiente escolar e desinteresse dos alunos. O ECA busca enfrentar essas questões ao estabelecer diretrizes claras sobre a responsabilidade do Estado, da família e da sociedade na garantia do direito à educação. No artigo 54, é estabelecido o dever do estado à educação:

É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I- Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II- Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; III- Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; V- Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI- Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador; VII - Atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL,1990).

Um dos principais mecanismos previstos pelo ECA para combater a evasão escolar é o fortalecimento das políticas públicas externas para a inclusão educacional. O artigo 54 do ECA destaca que “[...] é dever do Estado garantir à criança e ao adolescente o acesso à escola pública e gratuita”. Isso implica não apenas na oferta de vagas nas escolas, mas também na criação de condições adequadas para os alunos permanecerem nelas. Os programas de assistência social, transporte escolar

gratuito e alimentação adequada são algumas das tentativas para reduzir as taxas de evasão.

Além disso, a ECA enfatiza a importância da participação da comunidade na promoção dos direitos educacionais. O artigo 88 menciona que “[...] a família tem o dever de assistir aos filhos em sua formação integral”, reforçando que a responsabilidade pela educação não recai apenas sobre as instituições escolares. A colaboração entre pais, professores e gestores escolares é crucial para identificar precocemente os sinais de evasão e implementar estratégias para manter os alunos na escola.

Pereira (2015) aponta que:

A educação como um direito de toda criança ou adolescente, se preconiza que toda pessoa sem que suas características pessoais como gênero, raça, religião, condição econômica ou deficiência sejam impedimentos para que este direito seja desfrutado. A caracterização da educação como direito individual, assegurado pelo Estado, isto é, como interesse público, é coisa relativamente recente e apenas neste século devidamente generalizada. (Pereira, 2015, p.4)

Estudos recentes indicam que as políticas públicas aprovadas com os princípios do ECA contribuíram significativamente para a redução da evasão escolar no Brasil. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), houve diminuição nas taxas de abandono escolar nos últimos anos devido à implementação de programas sociais integrados com ações educativas.

Entretanto, ainda existem desafios significativos. A desigualdade social continua sendo um fator preponderante na evasão escolar; crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade enfrentam barreiras adicionais que dificultam seu acesso à educação. Portanto, é fundamental que as políticas públicas sejam constantemente avaliadas e ajustadas para atender às necessidades específicas desses grupos.

A relação entre o ECA e a evasão escolar revela-se intrínseca ao considerar que o Estatuto não apenas regulamenta a educação como um direito fundamental, mas também estabelece diretrizes claras sobre como garantir esse direito em face dos desafios contemporâneos.

O ECA também promove uma abordagem inclusiva na educação, garantindo que crianças com deficiência ou em situação de risco tenham acesso à escola regular. Essa inclusão é vital para evitar que grupos marginalizados abandonem seus estudos por falta de suporte adequado. Para implementar efetivamente as diretrizes do ECA,

é necessário investir na formação continuada de educadores. Professores bem-preparados são mais capazes de identificar sinais precoces de evasão e intervir corretamente. Escolas com infraestrutura precária e falta de professores qualificados tendem a ter taxas mais altas de evasão.

A implementação das diretrizes do ECA deve ser acompanhada por sistemas de monitoramento e avaliação das políticas educacionais. Isso permite ajustes contínuos nas estratégias adotadas para prevenir a evasão escolar. A articulação entre diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal) é essencial para garantir que as diretrizes do ECA sejam aplicadas em todos os níveis educacionais.

Campanhas educativas sobre a importância da educação podem ajudar a sensibilizar pais e responsáveis sobre os benefícios da permanência escolar, contribuindo assim para reduzir as taxas de evasão.

As diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente são fundamentais na luta contra a evasão escolar no Brasil. Ao garantir o direito à educação e promover políticas públicas integradas, o ECA procura não apenas aumentar o acesso à escola, mas também garantir que as crianças e os adolescentes permaneçam nela até completarem a sua formação básica. A implementação dessas diretrizes requer um esforço conjunto entre governo, sociedade civil e comunidade escolar para criar um ambiente educativo seguro e acolhedor.

A análise das diretrizes do ECA revela que ações coordenadas podem fazer uma diferença significativa na redução da evasão escolar no país, promovendo assim um futuro mais justo e igualitário para todas as crianças brasileiras.

4.2. Análise das metas do PNE relacionadas à evasão escolar

A evasão escolar é um dos principais desafios enfrentados pela educação brasileira, impactando diretamente o desenvolvimento social e econômico do país. Para Saviani (2007), o sistema educacional brasileiro foi historicamente marcado pela desigualdade, com a educação de qualidade sendo inacessível para a maioria da população. A evasão escolar é, portanto, vista como resultado de exclusão social e das condições adversas que os estudantes das classes populares enfrentam para permanecer na escola.

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei n.º 13.005/2014¹⁹, estabelece diretrizes e metas para a educação no Brasil, visando garantir uma educação de qualidade para todos. Neste contexto, algumas metas específicas do PNE focam diretamente na redução da evasão escolar, demonstrando que a permanência dos alunos na escola é fundamental para a melhoria da qualidade educacional e para a formação de cidadãos críticos e participativos. Essas estratégias não apenas ajudam a manter o interesse dos alunos, como também promovem um aprendizado mais profundo e significativo. São elas, dispostas no quadro abaixo:

Quadro 3 - Quadro das Metas com foco na redução da evasão escolar

Meta 2	Universalizar a educação infantil na pré-escola até 2016. A universalização da educação infantil é crucial para garantir que as crianças tenham acesso à educação desde cedo, o que pode contribuir para sua permanência no sistema educacional ao longo dos anos.
Meta 3	Garantir que, até 2024, todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estejam matriculados na escola. Esta meta não apenas aumenta as taxas de matrícula, mas também garante que os alunos permaneçam nas escolas durante todo o período escolar.
Meta 4	Elevar a taxa líquida de matrículas na educação básica. O aumento dessa taxa é um indicativo direto da redução da evasão escolar, ao refletir o número de alunos que permanecem matriculados em relação ao total esperado.
Meta 5	Reduzir em pelo menos 50% as taxas de abandono escolar.
Meta 7	Fomentar a formação continuada dos profissionais da educação. A capacitação dos professores e gestores escolares pode influenciar especificamente na permanência dos alunos, uma vez que um corpo docente bem-preparado tende a oferecer uma melhor qualidade de ensino.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)..

Dentre as metas citadas no quadro acima, a meta 5, é uma das mais diretas em relação à evasão escolar, estabelecendo um compromisso claro com a diminuição do abandono escolar.

Para avaliar os resultados alcançados até o momento em relação às metas condicionais do PNE relacionadas à evasão escolar, é importante considerar dados recentes sobre matrícula e abandono escolar, conforme Arbache afirma:

¹⁹ Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei n.º 13.005/2014 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm

A cada ano os índices de evasão escolar têm crescido no Brasil, tornando-se estas instituições despreparadas, sem propostas evolutivas, pois se sabe que a educação está dentro de um processo dialético e transformador, mas continua parado sem fornecer aos alunos novas perspectivas, apesar dos órgãos competentes que direcionam as instituições educacionais priorizarem este setor na qualificação continuada por áreas e abrindo programas na formação superior, mas os resultados não tem sido o esperado tanto para o MEC como para as famílias e alunos (Arbache. 2001, 67).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), houve avanços significativos nas taxas de matrícula nos últimos anos, no entanto, as taxas de abandono ainda permanecem preocupantes em diversas regiões do Brasil. Já a Meta 5 foi parcialmente cumprida, demonstrando uma redução nas taxas de abandono em alguns estados, embora muitos ainda enfrentem desafios significativos devido a fatores socioeconômicos e à falta de infraestrutura adequada nas escolas.

Além disso, ao comparar as metas condicionais com os resultados alcançados até agora, é possível concluir que as metas condicionais excluem investimentos contínuos em infraestrutura escolar e programas sociais que incentivam a permanência dos alunos na escola. No entanto, os resultados evidenciam haver uma discrepância entre as expectativas condicionais do PNE e os resultados práticos observados nas escolas brasileiras. Portanto, a implementação eficaz das políticas públicas relacionadas ao PNE ainda enfrenta barreiras como desigualdade regional e falta de recursos financeiros.

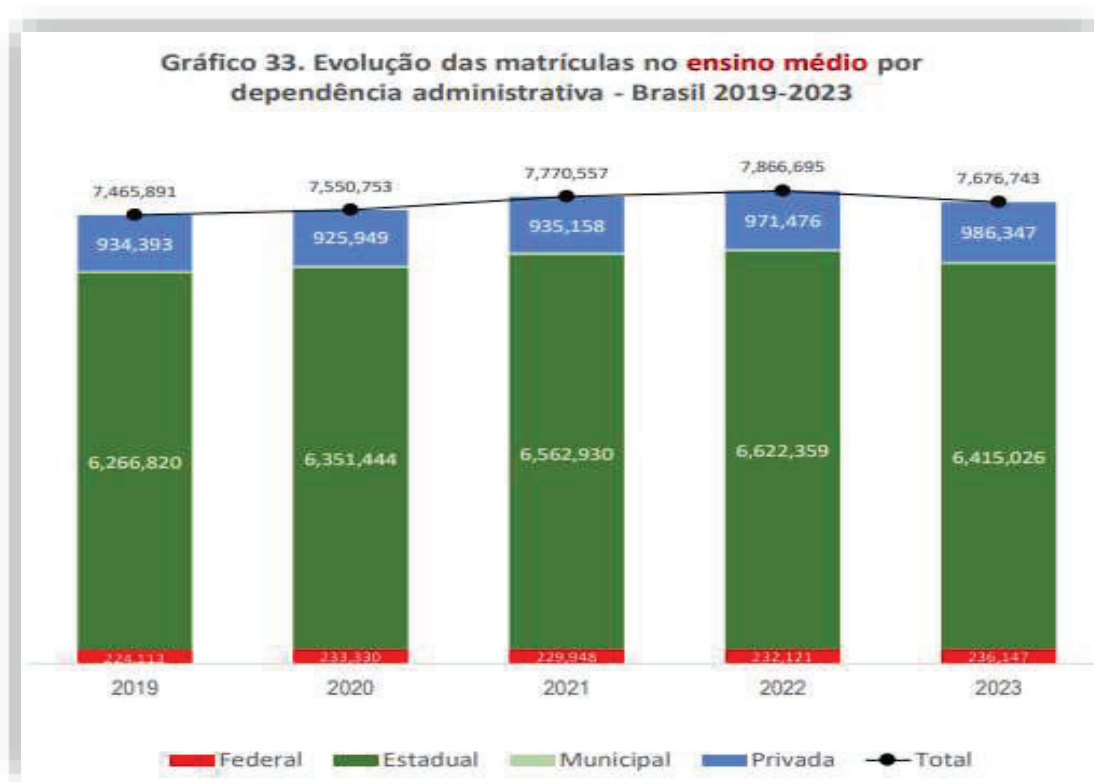
Sendo assim, a análise das metas do PNE relacionadas à evasão escolar²⁰ revela tanto avanços quanto desafios persistentes. Embora algumas metas tenham sido parcialmente alcançadas ou estejam em processo de cumprimento, ainda há muito trabalho pela frente para garantir que todos os estudantes permaneçam na escola até concluírem sua formação básica. É essencial haver um comprometimento contínuo por parte do governo federal, estadual e municipal para implementar políticas efetivas que abordem não apenas as questões estruturais da educação, mas também os fatores sociais que contribuem para a evasão escolar.

²⁰ PNE — Metas Plano Nacional de Educação — MEC — Disponível em: <https://pne.mec.gov.br>.

4.3. Análise dos indicadores do INEP em relação às matrículas no Ensino Médio

A evolução das matrículas no Ensino Médio brasileiro entre 2019 e 2023, segmentada por dependência administrativa, revela tendências significativas conforme os dados do Censo Escolar divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os gráficos abaixo, gerados pelo INEP, apresentam dados da matrícula do Ensino Médio:

Figura 4 - Evolução das matrículas no Ensino Médio - Dependência Administrativa



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD, (IBGE)

A partir da análise desses gráficos, algumas conclusões podem ser estabelecidas em relações diretas e indiretas à evasão escolar. Primeiramente, observa-se que o número total de matrículas no ensino médio apresentou um crescimento de 2019 até 2022, seguido de uma queda em 2023. Essa diminuição no total pode ser interpretada como um sinal de que a evasão escolar — ou outros fatores que levam os jovens a não se matricularem — se agravou nesse período.

É possível notar que foram registradas quase 7,7 milhões de matrículas no ensino médio em 2023, uma queda de 2,4% em relação ao último ano. Especificamente, as escolas estaduais, que correspondem à maior parcela da matrícula — com 6,4 milhões de alunos, a rede estadual tem uma participação de 83,6% no total de matrículas e concentra 95,9% dos alunos da rede pública — demonstram um aumento até 2022 e, em seguida, uma redução em 2023. Essa redução expressiva pode sugerir que os estudantes de escolas estaduais — que normalmente atendem a uma parcela mais vulnerável da população — possam estar mais suscetíveis à evasão, possivelmente devido a desafios estruturais, socioeconômicos e à insuficiência de políticas de acompanhamento e apoio.

Em contrapartida, as matrículas em escolas privadas — que possui cerca de 986,3 mil alunos e tem uma participação de 12,8% na matrícula de ensino médio — têm aumentado de forma consistente, sugerindo que famílias com maior poder aquisitivo podem estar buscando alternativas de educação que oferecem maior estabilidade e apoio para a permanência dos alunos na escola. Ou seja, famílias com melhor condição socioeconômica teriam maior capacidade de assegurar a continuidade educacional dos seus filhos, demonstrando uma possível polarização: enquanto há evasão nos sistemas públicos, o setor privado continua a atrair ou manter alunos.

Esse movimento já era esperado por especialistas da área em função do aumento das taxas de aprovação no período da pandemia de Covid-19. Embora a pandemia possa ter influenciado as flutuações de 2019 a 2021, a queda observada em 2023 indica que, mesmo após a retomada das atividades escolares, problemas estruturais e socioeconômicos continuam a impactar a adesão e a permanência dos alunos, principalmente no sistema estadual. Essa constatação reforça a necessidade de se aprofundar a análise sobre como as condições pós-pandêmicas e as políticas de recuperação educacional estão atuando na prevenção da evasão.

A divergência entre o desempenho dos setores público e privado evidencia a disparidade de acesso e de qualidade na educação. Essas conclusões não apenas apontam para uma possível intensificação da evasão em determinados segmentos da rede pública, mas também abrem espaço para uma análise crítica sobre como diferenças de estrutura e gestão entre as redes pública e privada podem influenciar os índices de permanência dos alunos na escola.

Em relação à organização dos turnos de estudo, 84,8% dos alunos do ensino médio estudam no turno diurno, enquanto 1,1 milhão de estudantes — equivalendo a 15,2% — assistem às aulas no período noturno. Essa distribuição pode refletir não apenas a preferência ou a conveniência dos alunos e suas famílias, mas também a necessidade de conciliar os estudos com outras atividades, como o trabalho, especialmente em contextos socioeconômicos mais desafiadores.

Além disso, o fato de 43,4% das escolas de ensino médio atenderem a mais de 500 alunos aponta para uma tendência de grande concentração estudantil em determinadas instituições. Essa realidade pode acarretar desafios em termos de gestão, manutenção da qualidade do ensino e acompanhamento individualizado dos alunos, aspectos estes, fundamentais para a discussão sobre evasão escolar, uma vez que turmas muito grandes podem dificultar a identificação e o atendimento de alunos em risco de abandono.

4.4 Políticas Públicas Nacionais e Estaduais existentes sobre evasão escolar

Pensar nos jovens que estão em situação de abandono em sua pluralidade também implica refletir sobre como as políticas públicas têm respondido — ou deixado de responder — às especificidades desses sujeitos. As juventudes, entendidas como categorias sociais em constante construção, precisam ser reconhecidas como protagonistas e não apenas como destinatárias passivas das ações estatais. De acordo com Abramo, Branco (2005), as políticas públicas voltadas para os jovens devem partir da escuta ativa de suas demandas, respeitando sua diversidade e seus contextos sociais, culturais e territoriais.

No Brasil, a formulação de políticas públicas de juventude ganhou maior visibilidade a partir dos anos 2000, com a criação da Secretaria Nacional da Juventude e do Estatuto da Juventude (Lei n.º 12.852/2013). Este marco legal reconhece os

jovens como sujeitos de direitos, entre 15 e 29 anos, e aponta para a necessidade de garantir o acesso a direitos fundamentais como educação, trabalho, cultura, saúde, participação social e diversidade. No entanto, conforme destaca Dayrell (2007), ainda há um longo caminho a ser percorrido para tais políticas serem efetivamente implementadas de forma integrada, contínua e com base em perspectivas interseccionais.

Refletir sobre a categoria juventude(s) exige uma compreensão ampla da diversidade que permeia as vivências juvenis. Como destacam Melo e Borges (2007, p. 378), “[...] essas diferenças estão diretamente relacionadas às experiências vividas por cada geração, bem como os contextos locais e globais aos quais esses jovens pertencem”. As mudanças sociais e culturais, assim como os processos históricos que envolvem as construções de gênero, são determinantes na formação das múltiplas identidades juvenis. Por essa razão, opta-se por empregar o termo juventude no plural, reconhecendo não haver uma juventude única e universal, mas sim múltiplas juventudes, construídas a partir de contextos históricos específicos e de fatores sociais diversos (Abramo; Branco, 2005).

É preciso compreender que uma política pública eficaz para as juventudes não pode ignorar os efeitos estruturais de desigualdades históricas, como o racismo, o sexismo, a LGBTfobia e a exclusão social. Jovens negros, periféricos e indígenas, por exemplo, continuam sendo os mais impactados pela violência estatal e pela falta de acesso a serviços básicos. Dessa forma, como afirmam Margulis e Urresti (1996), a juventude é um campo de disputas simbólicas e materiais, onde o reconhecimento das múltiplas identidades juvenis deve ser parte central do processo de construção de políticas que busquem equidade e justiça social. No artigo “Sentidos Do Trabalho Na Perspectiva De Jovens Universitários” das pesquisadoras Tibola; Raitz e Caetano (2020) há uma definição sobre o conceito de juventude relacionado a contemporaneidade, destacando a interligação à diversidade e à heterogeneidade da(s) juventude(s), suas características e estilos de vida que se mostram mais evidentes. Atitudes, gostos e estilos dos jovens rompem barreiras sociais. Na atualidade, o jovem se coloca como ser ativo, que contribui para a transformação social. Sendo assim, o jovem se constrói e reconstrói no tempo e local em que está inserido, como atores de suas vontades, desejos e ações próprias em seu tempo.

Nesse sentido, reforça-se a importância de políticas públicas que dialoguem com a realidade concreta das juventudes, promovendo o protagonismo juvenil, a inclusão e a garantia de direitos, com atenção às diferenças que marcam suas trajetórias e experiências. A evasão escolar é um fator que afeta a educação em diversos países e necessita de políticas públicas que vá ao encontro dessa realidade.

4.5 Programas de Incentivo Financeiro

Muitos governos adotaram programas de transferência de renda condicionada que buscam incentivar famílias em situação de vulnerabilidade a manter seus filhos na escola. Exemplos incluem o Bolsa Família no Brasil²³ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar²⁴ (PNAE), que fornece alimentação saudável aos alunos e atua como um incentivador à frequência escolar.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2003 como uma estratégia de transferência de renda condicionada que visa combater a pobreza e promover a inclusão social. O programa oferece auxílio financeiro às famílias em situação de vulnerabilidade econômica, ao cumprirem certas exigências relacionadas à educação e saúde. Um dos principais critérios é a matrícula e frequência regular das crianças e adolescentes na escola.

O Bolsa Família desempenha um papel importante na redução da evasão escolar. Ao estabelecer como condicionalidade a matrícula escolar de crianças e adolescentes, o programa, em parceria com o Ministério da Educação, garante que famílias em situação de pobreza extrema tenham acesso à educação básica. Conforme dados de 2013, essa medida tem sido fundamental para garantir o direito à educação desse público.

Realizado pelos ministérios do Desenvolvimento Social, da Saúde e da Educação, em parceria com estados e municípios, o acompanhamento é registrado em sistemas informatizados [...] Educação: Todas as crianças e os adolescentes de 6 a 15 anos das famílias beneficiárias devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 85% das aulas; jovens de 16 a 17 anos devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 75% das aulas (BRASIL, 2007. p. 10).

²³ Bolsa Família no Brasil – Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/bolsa-familia>.

²⁴ Programa Nacional de Alimentação Escolar – Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-1/relatorio-de-gestao-2024/desempenho-da-gestao/areas-finalisticas/alimentacao-escolar-2023>.

Estudos demonstram que o PBF teve um impacto significativo na redução da evasão escolar. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), as taxas de abandono escolar diminuíram nas regiões onde o programa foi mais intensamente aplicado. Além disso, o PBF contribuiu para aumentar a taxa de matrícula no ensino fundamental e médio, promovendo uma maior equidade no acesso à educação.

No entanto, apesar dos avanços proporcionados pelo PBF, ainda existem desafios. A dependência do benefício pode levar algumas famílias à acomodação, fazendo com que deixem de buscar alternativas sustentáveis para melhorar sua situação financeira. Além disso, há críticas sobre a burocracia envolvida no programa e a necessidade de melhorias na comunicação entre os beneficiários e as instituições responsáveis pela gestão da iniciativa.

Já o programa Pé de Meia²⁵ busca incentivar a permanência dos alunos na escola por meio da criação de poupanças vinculadas à frequência escolar. Essa iniciativa é recente e, portanto, menos popular e conhecida. Implementado em algumas localidades como um projeto-piloto, o Pé de Meia oferece aos alunos uma conta de poupança alimentada com depósitos monetários conduzidos pelo governo ou por parceiros privados, enquanto os estudantes mantêm a frequência escolar. Os resultados iniciais demonstram que essa abordagem pode ser eficaz em motivar os alunos a permanecerem na escola ao criar um incentivo financeiro direto relacionado ao desempenho acadêmico. Além disso, promove hábitos financeiros saudáveis entre os jovens ao ensiná-los sobre economia e poupança.

Entretanto, ainda são necessários estudos mais abrangentes para avaliar o impacto do programa Pé de Meia em larga escala e suas previsões como política pública nacional. Um dos desafios do programa é garantir que todos os alunos tenham acesso ao sistema bancário necessário para participar.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica²⁶ (Fundeb) é uma política pública fundamental para garantir recursos financeiros adequados à educação básica no Brasil. Criado em 2007 e renovado em 2020 com novas diretrizes, o Fundeb visa redistribuir recursos entre estados e municípios para garantir um padrão

²⁵ Programa Pé de Meia – Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-elegibilidade-para-o-programa-pe-de-meia.com>

²⁶ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb.com>

mínimo de qualidade na educação.

As contribuições do Fundeb para combater a evasão escolar estão relacionadas ao aumento dos investimentos em infraestrutura escolar, à formação docente e aos programas pedagógicos voltados para atender às necessidades específicas dos alunos em risco de evasão. Assim, com mais recursos disponíveis, as escolas podem implementar estratégias mais eficazes para reter alunos.

Contudo, o Fundeb enfrenta desafios relacionados à gestão eficiente dos recursos e à necessidade constante de monitoramento das políticas inovadoras nas escolas beneficiadas pelo fundo. A transparência na aplicação dos recursos também é essencial para garantir que os recursos sejam aplicados de forma eficaz.

As políticas públicas discutidas — Programa Bolsa Família, Pé de Meia e Fundeb — representam esforços significativos do governo brasileiro para combater a evasão escolar. Cada uma delas possui características únicas que buscam melhorar os índices de permanência dos alunos nas escolas através da oferta de incentivos financeiros ou melhoria nas condições educacionais.

Segundo Libâneo (2015), a escola desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos capazes de lidar com as diversidades da vida adulta, promovendo a aquisição de conhecimentos para uma convivência mais justa e igualitária, sendo assim, investimentos nas unidades escolares e nas condições que facilitem o acesso do aluno à escola corroboram para a diminuição dos resultados de abandono e evasão escolar.

No processo de análise a evasão escolar por cor ou raça, as variáveis apontam que 27,4% dos jovens que não concluíram o ensino médio são brancos e 71,6% são pretos ou pardos. Esses números revelam desigualdades persistentes no acesso e na permanência escolar, particularmente entre jovens de grupos raciais historicamente marginalizados.

Dados oficiais e estudos acadêmicos demonstram que jovens negros (pretos e pardos) e em situação de vulnerabilidade socioeconômica são desproporcionalmente impactados pela evasão escolar no Brasil. Essa desigualdade persiste mesmo com políticas universalistas, como o Bolsa Família, revelando sua insuficiência diante de barreiras estruturais.

Programas como o “*Bolsa Família*” (condicionado à frequência escolar) não combatem:

- Precarização do trabalho juvenil: Jovens negros têm menos acesso a empregos formais e conciliar estudo/trabalho é mais difícil.
- Falta de creches: Mães adolescentes negras (23% das evadidas, segundo INEP) abandonam a escola por falta de apoio.

Diante desse cenário, fica claro que políticas universalistas não são suficientes para combater a evasão escolar entre jovens negros e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. É necessário implementar ações focalizadas, como programas de bolsa permanência específicos para jovens negros, expansão de creches em áreas periféricas, formação docente antirracista obrigatória e garantia de transporte escolar em zonas rurais e periferias.

5. DISCUSSÃO E APRESENTAÇÃO DOS ACHADOS DE PESQUISA

Nesta seção, serão apresentadas e analisadas as principais diretrizes e iniciativas adotadas pelo estado do Ceará com o objetivo de combater a evasão escolar no ensino médio da rede pública. Inicialmente, serão expostas as diretrizes norteadoras contidas nos documentos legais que fundamentam as ações educacionais no estado. Em seguida, serão descritos e contextualizados projetos e programas específicos, tais como o “Busca Ativa Escolar”, o “Ensino Médio, Presente!”, o “Professor Diretor de Turma” e o “Nem Um Aluno Fora da Escola”, destacando seus propósitos e formas de implementação. Por fim, serão discutidos os impactos dessas políticas na permanência dos estudantes, com ênfase na eficácia geral das iniciativas e na análise dos resultados alcançados por projetos como o “Diretor de Turma” e o “Busca Ativa Escolar” no enfrentamento da evasão escolar.

5.1 Diretrizes Norteadoras no estado do Ceará para combater a evasão escolar no Ensino Médio da Rede Pública de Ensino

Diante do aprofundamento dessa pesquisa, foi possível observar que o tema da evasão escolar é debatido nacionalmente, mas assume um caminho específico no estado do Ceará. Como parte essencial do estudo, essa seção aborda os achados obtidos através da pesquisa documental realizada. Em consonância com o objetivo geral deste estudo, que visa analisar como as políticas públicas do estado do Ceará contribuem para o combate à evasão escolar no ensino médio da rede pública de ensino, a seguir estão expostos os principais documentos selecionados e analisados conforme os eixos estabelecidos anteriormente.

Figura 7- Documentos Seleccionados e Analisados



Fonte: Elaborada pela autora – 2025

Aprovado em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei n.º 13.005 de 25 de junho²⁷, reforçou a cooperação federativa na política educacional brasileira, consolidando diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal²⁸ e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No contexto estadual, o Ceará promulgou a Lei n.º 16.025²⁹ em 30 de maio de 2016, instituindo o Plano Estadual de Educação (PEE) para o período de 2016 a 2024.

A Lei n.º 16.025, institui o Plano Estadual de Educação do Ceará — PEE, com metas e estratégias fixadas para o período de 2016 a 2024, na área da educação, como resultado da participação da comunidade escolar e da sociedade civil. O Plano

²⁷ Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei n.º 13.005/2014 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

²⁸ Constituição Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.

²⁹ CEARÁ. LEI N.º 16.025, DE 30.05.16 (D.O. 01.06.16). Plano Estadual De Educação (2016/2024). Disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4019-lei-n-16-025-de-30-05-16-d-o-01-06-16>> Acesso em: 08/02/2025. — Ibid.

Estadual de Educação é o instrumento balizador e norteador das políticas públicas relacionadas à educação no Estado do Ceará, o qual contempla metas e estratégias a serem viabilizadas pelo Estado e por seus municípios, em colaboração com a União.

O Plano Estadual de Educação do Ceará, estabelece como uma de suas diretrizes a universalização do atendimento escolar, visando garantir que todos os indivíduos tenham acesso à educação básica. Esse plano enfatiza a importância de estratégias para assegurar a inclusão e a continuidade dos alunos no ambiente escolar. A Meta 3 do PEE do Ceará tem como premissa universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PEE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%. Ao destacar a importância da frequência e da conclusão do Ensino Médio, a terceira meta é talvez uma das mais desafiadoras do PEE do Ceará para a Educação Básica. Para monitorar essa meta, são observados os seguintes indicadores:

- Indicador 3A: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a Educação Básica;
- Indicador 3B: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio ou possui Educação Básica completa.

No ano de 2016, 86,6% da população de 15 a 17 anos frequentavam a escola ou já tinham concluído a Educação Básica, passando para 90,5%, em 2019, um crescimento de 3,9 pontos percentuais, alcançando, ao final da série histórica, o valor de 94,8% (em 2021). Ou seja, o Ceará continua em processo de alcançar a plena universalização da Educação Básica para essa faixa etária. Visando se aproximar das metas estabelecidas, alguns projetos foram criados e implementados ao longo dos últimos anos, conforme seguem nas seções a seguir.

5.1.1 Projeto “Busca Ativa Escolar”

Ainda em consonância com as metas estabelecidas pelo PEE, o Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por intermédio do Centro de Apoio Operacional

da Educação (Caoeduc)³⁰ tem realizado atividades visando promover a busca ativa de adolescentes concludentes do ensino fundamental que não ingressaram na etapa educacional seguinte e reduzir a incidência de evasão escolar após a realização da matrícula no ensino médio. Uma delas é o projeto intitulado “Busca Ativa Escolar”, oferecido para diretores de escolas estaduais, supervisores das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Credes) e organizado por articuladores da Busca Ativa Escolar (BAE) nos municípios.

A BAE é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizadas gratuitamente para estados e municípios, a fim de apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), que são órgãos³¹ estratégicos para a implantação do BAE, através da Busca Ativa Escolar, municípios e estados passam a dispor de dados concretos que possibilitarão planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos das crianças e jovens.

Conforme o Guia sobre a Busca Ativa Escolar, a BAE constitui uma estratégia intersetorial que mobiliza representantes de diferentes áreas, como Educação, Saúde, Assistência Social e Planejamento, visando fortalecer a rede de proteção à infância e adolescência. Cada órgão e profissional envolvido desempenha um papel específico, abrangendo desde a identificação de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono até a adoção de medidas necessárias para garantir seu atendimento nos serviços públicos, sua (re)matrícula e sua permanência escolar.

O processo é apoiado por uma ferramenta tecnológica que opera como um banco de dados centralizado, facilitando a comunicação entre os setores envolvidos, armazenando informações relevantes sobre cada caso acompanhado e auxiliando na gestão dos registros sobre a situação educacional dos estudantes no âmbito municipal

³⁰ O Centro de Apoio Operacional da Educação (CAOEDUC) é um órgão auxiliar do Ministério Público do Estado do Ceará criado em 2021 para fortalecer o papel da instituição na promoção, monitoramento e fiscalização do cumprimento do direito à Educação no estado nos diversos órgãos e entidades públicas, privadas e organizações da sociedade civil que atuam no âmbito da educação. Disponível em: <https://mpce.mp.br/institucional/centros-de-apoio-operacional/caoeduc/conheca-o-caoeeduc/>. Acesso 06/2025.

³¹ UNICEF: <https://www.unicef.org/>; UNDIME: <https://undime.org.br/>; CONGEMAS: <http://www.congemas.org.br>.

e estadual. Essa ferramenta pode ser acessada por meio de diversos dispositivos, como computadores, tablets e celulares, além de contar com formulários impressos para profissionais sem acesso a tecnologias móveis disponibilizados no Guia sobre a Busca Ativa Escolar³²

Até julho de 2020, mais de 3.160 municípios e 16 estados haviam aderido à estratégia, os quais estão atualmente em diferentes estágios de implementação. Estados que já aderiram à Busca Ativa Escolar: Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins³³.

Mais de 100 mil crianças e adolescentes estão sendo acompanhados pela Busca Ativa Escolar, e desses, mais de 60 mil já foram (re)matriculados. Os demais estão em processo de retorno à escola. Além de acompanhados pela educação, estão sendo atendidos pelos serviços de assistência social, saúde, proteção, entre outros. Mesmo com a pandemia de Covid-19, esse acompanhamento, registado na plataforma, mostra que o trabalho não parou, evidenciando o potencial da Busca Ativa Escolar.

O projeto se evidencia alinhado às diretrizes públicas estaduais quando considera a evasão como um fenômeno multifatorial, abrangendo diversas áreas nas ações realizadas. Além disso, pressupõe o acompanhamento individualizado, o que pode favorecer intervenções pedagógicas mais direcionadas e humanizadas. Por fim, através do uso da ferramenta tecnológica, busca o monitoramento em tempo real dos estudantes em situação de risco, contribuindo para a gestão de dados e a avaliação contínua das ações desenvolvidas.

5.1.2 Projeto “Ensino Médio, Presente!”

O projeto “Ensino Médio, Presente!” é de autoria específica do Ministério Público do Estado do Ceará-MPCE³⁴ que complementa as ações da Busca Ativa Escolar, focando no ensino médio público. Segundo o MPCE, o objetivo do projeto é

³² Guia sobre a Busca Ativa Escolar - Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/>

³³ Agencia do Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-02/busca-ativa-escolar-tem-adesao-de-3050-prefeituras-e-15-estados>

³⁴ MPCE-Ministério Público do Estado do Ceará. Disponível em: <https://mpce.mp.br/institucional/centros-de-apoio-operacional/caoeduc/projetos/ensino-medio-presente>

estimular a adoção de estratégias para a busca ativa e a retenção de alunos que abandonaram o ensino médio nas escolas públicas estaduais através da plataforma eletrônica gratuita disponibilizada pelo UNICEF. O projeto foi estruturado a partir de um projeto-piloto, desenvolvido junto a 59 escolas estaduais, situadas em 30 municípios cearenses, escolhidos a partir dos dados de abandono no ensino médio registrados em 2019, totalizando 1621 adolescentes, dos quais se pretendia obter a rematrícula e a retenção de 40% (648) do total até o final de 2023.

O critério de seleção das escolas de ensino médio para participação no projeto considerou o percentual de abandono, o número absoluto de alunos que abandonaram a escola e as vulnerabilidades educacionais diversas de cada município, segundo os dados oficiais do Censo da Educação realizado em 2019³⁵. Nesse mesmo ano, no Ceará, foram identificados 12 mil estudantes de ensino médio fora da escola, representando 3,8% de todos os alunos. Para o ano seguinte, a estimativa era de que houvesse quase 16 mil jovens nessa condição no estado, o que representando 5% do total de estudantes.

Esse projeto dialoga diretamente com os eixos temáticos propostos nessa pesquisa. Uma vez que considera, na seleção dos municípios e escolas, fatores como o índice de abandono e as vulnerabilidades educacionais locais, evidenciando uma atenção às desigualdades que influenciam a permanência dos jovens na escola. Além disso, o projeto se configura como uma política pública complementar à Busca Ativa Escolar, assumindo um papel estratégico ao focar especificamente no ensino médio da rede pública estadual. Ademais, utiliza a plataforma tecnológica disponibilizada pelo UNICEF, que permite o monitoramento da frequência, das rematrículas e da efetividade das estratégias implementadas.

5.1.3 Projeto “Professor Diretor de Turma”

O Projeto Professor Diretor de Turma–PPDT³⁶, é um projeto que visa à permanência dos jovens estudantes na escola, formando, cidadãos em todos os âmbitos das suas vidas, com educação para cidadania, o desenvolvimento de

³⁵ MEC – Censo Escolar 2019 - Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>

³⁶ - Projeto Professor Diretor de Turma–PPDT. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/projeto-professor-diretor-de-turma-ppdt/>

competências socioemocionais e a mediação entre a escola e as famílias. A primeira abordagem se ancora na Educação integral, pois o projeto tem como base a formação integral dos estudantes não apenas no viés acadêmico, mas engloba o desenvolvimento emocional, social e moral.

O documento orientador “Chamada Pública Para Adesão Ao Projeto Diretor De Turma”³⁷ (2010) destaca os objetivos definidos pela SEDUC para o contexto cearense. Primordialmente, o Projeto visa favorecer a articulação entre os professores, alunos, pais e responsáveis, buscando um trabalho cooperativo, especificamente entre professores e alunos, no sentido de encontrar novas estratégias e métodos de trabalho; tornar a sala de aula uma experiência mais rica e gratificante, em que todos os professores da turma, familiares, gestão, comunidade escolar, se unam com o objetivo de proporcionar uma educação de excelência; manter a assiduidade dos alunos, estimulando sua permanência na escola e elevando o grau de sucesso da aprendizagem; oferecer uma educação que contemple a formação cidadã do educando, estimulando sua participação na vida social, com a tomada de consciência dos problemas que afetam a sociedade; motivar os alunos para aprendizagens significativas e encorajar os discentes a ter perspectivas otimistas quanto ao seu futuro pessoal e profissional (SEDUC, 2013). Segundo o item 2 do anexo I do documento “Chamada Pública Para Adesão Ao Projeto Diretor De Turma” disponibilizado pela SEDUC, e orienta as unidades escolares e profissionais da educação acerca do projeto, o principal ponto exigido no perfil do “Professor Diretor de Turma” é ter motivação para desempenhar a função. O documento descreve as atribuições do Professor Diretor de Turma da seguinte forma:

2. Perfil e principais tarefas do Professor Diretor de Turma

[...]

- ii. Participar, articular e coordenar o trabalho desenvolvido pelos vários professores dos Conselhos de Classe;
- iii. Conhecimentos da legislação em vigor, avaliação e estatuto dos alunos;
- iv. Estabelecer relacionamento com alunos, pais ou responsáveis;
- v. Promover e fomentar bom relacionamento entre alunos e comunidade educativa;
- vi. Gerir situações de conflitos;
- vii. Promover um ambiente facilitador do desenvolvimento pessoal, cognitivo e social dos alunos (SEDUC, 2010).

³⁷ Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2010/01/diretordeturma.pdf>.

As atribuições descritas no documento orientador revelam a complexidade e a abrangência do papel do Professor Diretor de Turma, evidenciando seu protagonismo na mediação entre os diversos agentes escolares (professores, pais e alunos). Essas atribuições também demonstram a intenção do projeto em tornar o ambiente mais integrado e acolhedor, o que contribuiu para a permanência dos alunos. O perfil do professor também carrega uma grande responsabilidade, ao lidar com situações relacionadas ao desenvolvimento pessoal, cognitivo e social do aluno.

Sendo assim, outra vertente que faz parte do “Projeto Diretor de Turma” são as Competências Socioemocionais, tendo como parâmetro A BNCC³⁸ (Base Nacional Comum Curricular), que reconhece tais competências como um dos componentes essenciais da educação. O PPDT trabalha diretamente para desenvolver competências como autogestão emocional, empatia, trabalho em equipe e resolução de conflitos, atendendo às necessidades emocionais dos alunos e ajudando a prevenir o abandono escolar.

Ao analisar o Projeto Professor Diretor de Turma (PPDT) à luz dos estudos de autores de referência utilizados neste trabalho, é possível estabelecer considerações relevantes entre as concepções teóricas e a metodologia do projeto. Saviani (2008) defende uma formação integral e crítica do estudante, alinhada ao papel ativo do professor, princípios presentes no PPDT. Para Saviani, a escola deve formar sujeitos capazes de transformar a realidade, o que se alinha com os objetivos do projeto, que propõe uma prática pedagógica voltada para a formação de alunos críticos e atuantes, e não apenas solucionadores de problemas. Freire (2019) contribui com a valorização do diálogo e dos vínculos afetivos, também centrais na proposta do projeto. Arroyo (2004) reforça a importância de reconhecer as trajetórias e subjetividades dos alunos, o que se expressa no acompanhamento individualizado promovido pelo PPDT e na articulação entre escola, família e comunidade. (2011).

De acordo com Leite (2015), o referido projeto está em diálogo com três dimensões complexas. A direção recebe forte pressão social para dar resultados positivos e imediatos. A gestão pedagógica requer formação contínua, bom acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem, bem como o constante desafio das inovações midiáticas e tecnológicas. “A família no contexto atual vive as

³⁸ - Base Nacional Comum Curricular-BNCC. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília-DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

consequências das desigualdades sociais, em um mundo competitivo e de incertezas” (Leite, 2015, p. 58).

O item 6 do anexo do documento orientador traz os aspectos a serem considerados pelo “Diretor de Turma juntos aos Alunos”, listando-os da seguinte forma:

6. Aspectos a serem considerados pelo Diretor de Turma junto aos alunos:

- i. Conhecimento do aluno em toda a sua dimensão;
- ii. Orientação personalizada aos alunos;
- iii. Adequação do plano de estudos;
- iv. Observação dos comportamentos em situações coletivas;
- v. Conhecimento dos interesses, atitudes, valores e hábitos de trabalho;
- vi. Promoção de uma correta integração do aluno na vida escolar;
- vii. Clima de liberdade que facilite a adaptação social, física e intelectual do aluno.
- viii. Alunos com dificuldade de acompanhamento especial;
- ix. Atividades extracurriculares;
- x. Ser o elo entre a escola e a família (SEDUC, 2010).

Ou seja, o último item traz ao projeto a característica do engajamento da família e da comunidade, considerando que os alunos precisam da parceria escola, família e comunidade para alcançar um pleno desenvolvimento intelectual, conforme postulado por Pereira (2015). O projeto promove essa interação entre a escola e as famílias, criando uma rede de apoio essencial para o aluno. Além do acompanhamento individualizado, já que o diretor de turma atua como mentor e orientador, atendendo às necessidades específicas de cada aluno. Entende-se que a tríade sociedade, escola e família está diretamente ligada aos aspectos do PPDT.

O Projeto Diretor de Turma no Ceará é um exemplo de inovação pedagógica e gestão educacional, com um forte compromisso com a redução do abandono escolar e a melhoria da qualidade da educação. Essa proposta está alinhada a concepções teóricas que defendem uma educação crítica, integral e transformadora. Para Miguel Arroyo (2004), a escola deve reconhecer os sujeitos em sua totalidade, considerando suas trajetórias de vida, identidades e vulnerabilidades. O PPDT vai ao encontro dessa visão ao valorizar o contexto de vida dos alunos e integrar dimensões emocionais, sociais e culturais ao processo educativo. Saviani (2008), por meio da pedagogia histórico-crítica, reforça a importância de uma prática educativa que forme sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade social. Freire (2000) também é referência essencial nesse contexto.

O projeto incorpora princípios freirianos ao privilegiar o diálogo, o afeto e a escuta sensível, compreendendo o educando como sujeito do processo de aprendizagem. Ao estabelecer relações horizontais e mediadoras, o Diretor de Turma atua como agente de transformação, comprometido com a emancipação dos alunos. O PPDT contribui para esse objetivo ao incentivar uma postura ativa e crítica dos estudantes, em articulação com os professores e a comunidade escolar. Este projeto, fundamentado em teóricos educacionais, como Freire (1996) e Arroyo (2011), que valorizam a educação integral, o desenvolvimento socioemocional e o envolvimento das famílias, tem se mostrado uma estratégia eficaz e de sucesso no contexto educacional brasileiro.

Os dados indicam uma redução significativa no abandono e na reprovação escolar, atribuída na maioria ao trabalho do PDT. De acordo com dados divulgados pela SEDUC em 2020:

Em 2007, o Ceará contava com uma taxa de abandono de 16,4%. A escola registrava 8,9% de reprovação. Ao longo dos últimos 12 anos, esses números reduziram exponencialmente, chegando em 2019 ao menor percentual de toda a história: 3,8% de abandono e 3,9% de reprovação. O Diretor de Turma é apontado como um dos principais responsáveis pela transformação destes indicadores (SEDUC, 2020).

Segundo a SEDUC, o programa é baseado na experiência educacional portuguesa, que inclusive designou a presença do “director de turma” dentre os professores desde 1998, através do artigo 36º do Decreto-Lei n.º 115-A³⁹.

O PDT (Professor Diretor de Turma) é escolhido entre os professores da base comum para assumir a responsabilidade por uma turma específica, na qual também atua como docente. Cada professor dedica quatro horas semanais ao projeto, sendo uma hora para lecionar a disciplina “Formação para a Cidadania”, parte diversificada do currículo e outras três horas restantes são divididas entre atividades administrativas, preparação do dossiê do aluno e interlocução com professores, pais e gestão escolar.

Dessa forma, considerando os dados apresentados e sua consonância com as falas de teóricos e especialistas da área da educação, o Projeto PDT representa uma importante estratégia de fortalecimento do vínculo entre escola, aluno e família,

³⁹ Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/115-a-1998-155636>

promovendo a permanência escolar e a formação integral dos estudantes. Ao aliar o desenvolvimento de competências socioemocionais, o acompanhamento individualizado e a mediação ativa com a comunidade escolar, o PPDT se consolida como uma política educacional eficaz e transformadora no cenário cearense.

5.1.4 Programa “Nem Um Aluno Fora da Escola”

O programa “Nem Um Aluno Fora da Escola⁴⁰”, lançado pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), possui o objetivo de assegurar o acesso e a permanência de crianças e jovens de 4 a 17 anos nas instituições de ensino. A proposta estabelece um pacto com os 184 municípios cearenses, buscando enfrentar, de maneira colaborativa, os fatores que contribuem para a exclusão escolar.

O programa está estruturado em dois eixos principais. O primeiro envolve a prevenção do abandono escolar, com foco no monitoramento da frequência e do desempenho acadêmico dos estudantes, na transição entre etapas de ensino — especialmente do Ensino Fundamental para o Médio — e no fortalecimento do diálogo com os Conselhos Tutelares.

Já o segundo eixo visa à reintegração dos estudantes que já se encontram fora da escola, por meio de estratégias de busca ativa realizadas por agentes educacionais, da constituição de redes de parceiros locais e da promoção de ações voltadas à permanência dos alunos reinseridos, com ênfase no desenvolvimento das competências socioemocionais.

A proposta também prevê o reconhecimento dos municípios que apresentarem os melhores resultados, para incentivar boas práticas. Trata-se, portanto, de uma política pública que se destaca por seu caráter inovador e intersetorial, mobilizando diferentes atores sociais — como Ministério Público, Conselhos Tutelares, famílias e lideranças locais — em prol da educação e da inclusão social. Essa abordagem intersetorial corrobora com as discussões presentes em trabalhos como o de Ramos (2021), que destaca a importância de uma rede integrada de proteção para adolescentes em risco de abandono.

O programa “Nem Um Aluno Fora da Escola”, ao enfatizar a utilização e

⁴⁰ Programa Nem Um Aluno Fora da Escola-UNICEF – Disponível em: <https://www.selounicef.org.br/busca-ativa-escolar>

cruzamento de dados para a identificação da evasão, alinha-se a uma perspectiva crucial defendida por autores como Miguel Arroyo (2011) e José Carlos Libâneo (2015), que sublinham a necessidade de uma compreensão aprofundada das realidades educacionais para a construção de políticas eficazes. A busca ativa e o monitoramento da frequência e desempenho, pilares do programa cearense, ressoam com a visão de Paulo Freire sobre a educação como um processo contínuo de reflexão-ação, onde a análise crítica dos dados se torna ferramenta para a transformação social. Nesse sentido, a centralidade dos dados permite não apenas identificar os estudantes em risco, mas também subsidiar intervenções personalizadas e preventivas, conforme evidenciado em estudos como os de Menegusso (2022) e Garcia (2020), que abordam a eficácia de programas de combate ao abandono escolar.

A relevância do monitoramento de dados e avaliações transcende a mera coleta de informações, transformando-se em um pilar fundamental para a efetividade das políticas públicas de combate à evasão escolar, tema central desta dissertação. Autores como Saviani e Alfredo Veiga-Neto contribuem para a compreensão de que a educação, enquanto fenômeno social, exige uma análise crítica de seus processos e resultados. Dessa forma, a capacidade de coletar, analisar e agir sobre os dados se torna um diferencial para que as políticas públicas no Ceará não apenas identifiquem a evasão, mas também promovam a permanência dos estudantes, em consonância com o objetivo de assegurar o direito à educação para todos.

5.1.5 Impactos na permanência dos estudantes no Ensino Médio no estado do Ceará pela eficácia das políticas públicas

De acordo com Celina Souza (2025), pode-se resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio onde os governos democráticos, traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Além disso, iniciativas como o Programa Universidade para Todos (ProUni)⁴¹ e o Fundo de Financiamento Estudantil — FIES⁴² possibilitam o ingresso de jovens de baixa renda no ensino superior, promovendo inclusão social e democratização do acesso à educação (Abramovay, 2002). No âmbito estadual, o Ceará tem se destacado pela implementação de políticas intersetoriais e diretrizes específicas voltadas à prevenção do abandono escolar. A Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) tem promovido ações estruturadas que envolvem acompanhamento pedagógico individualizado, apoio psicossocial e o envolvimento das famílias, reconhecendo a escola como espaço de permanência e desenvolvimento integral (SEDUC, 2025)⁴³.

Essas ações estão previstas nas Diretrizes para o Ano Letivo de 2025 e alinhadas ao Plano Estadual de Educação do Ceará, que estabelece como meta a universalização do atendimento escolar, com estratégias focadas na redução das desigualdades e no fortalecimento do vínculo entre estudante e escola (SEDUC, 2016)⁴⁴.

5.1.6 Impactos do Projeto “Diretor de Turma” no combate à evasão escolar

O Projeto Diretor de Turma (PPDT) é uma política educacional fundamental para o Ceará, especialmente no combate ao abandono escolar. A redução significativa dos índices de evasão apresentada pela SEDUC (2020)⁴⁵ e a melhoria da qualidade do ensino mostram que o projeto tem gerado resultados consistentes, com impacto direto na vida dos estudantes e suas famílias. Ao integrar as dimensões pedagógicas, emocionais e familiares, o PPDT está alinhado à política Nacional de Ensino Médio (PNAEM), lei n.º 14.945/2024, nos seguintes eixos:

⁴¹ PROUNI - <https://accessunico.mec.gov.br/prouni>

⁴² FIES - <https://accessunico.mec.gov.br/fies>

⁴³ SEDUC - CEARÁ (Estado). *Secretaria de Educação. Projetos estruturantes*. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/governo-do-ceara/projetos-estruturantes>>. Acesso em: 26/05/2025.

⁴⁴ CEARÁ. LEI N.º 16.025, 30.05.16 (D.O. 01.06.16). Plano Estadual De Educação (2016/2024). Ibid.

⁴⁵ SEDUC (2020) – Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2020/10/06/humanizacao-do-ensino-e-grande-marca-do-projeto-diretor-de-turma-em-12-anos-de-existencia/>

II — Ações em prol do acesso e da permanência dos estudantes nas escolas das redes estadual e distrital, considerando as modalidades de oferta;

III — Proposta para as trajetórias escolares regulares e o desempenho acadêmico satisfatório, considerando as diversidades do território na oferta do ensino médio (PNAEM - SEDUC, 2020, n.p.).

O PPDT tem se consolidado como um modelo de sucesso na educação cearense e apresenta dados relevantes com relação ao abandono escolar.

Com base nos dados disponíveis (SEDUC, 2020), observa-se uma evolução significativa nos índices educacionais no Ceará, especialmente no que diz respeito à permanência escolar. Em 2007, a taxa de abandono escolar no Ensino Médio era de 16,4%. No entanto, em 2019, esse número caiu drasticamente para 3,8%, o menor índice já registrado até então. Em 2023, segundo o Censo, embora os dados consolidados ainda estejam em atualização, constata-se que a taxa de abandono escolar permanece em patamares baixos, resultado da continuidade das políticas públicas voltadas à permanência dos estudantes na escola.

A taxa de reprovação também seguiu a mesma tendência de queda. Em 2007, 8,9% dos alunos eram reprovados; já em 2019, esse índice caiu para 3,9%. Essa redução acompanha o fortalecimento de ações que promovem o acompanhamento individualizado e o apoio pedagógico aos estudantes⁴⁶.

Ainda segundo a SEDUC (2020), um dado expressivo é o número de escolas da rede pública estadual que alcançaram abandono zero: em 2019, foram 138 instituições. Esse avanço está diretamente relacionado à implementação de projetos como o Professor Diretor de Turma (PDT), presente tanto em escolas regulares quanto em unidades de ensino integral e profissionalizante. O PDT tem contribuído para ampliar a interação entre escola e família, fator considerado essencial para garantir a permanência dos alunos e a qualidade do processo educativo.

Além disso, o projeto promove o protagonismo juvenil, incentivando a participação ativa dos estudantes nas decisões escolares e fortalecendo a formação cidadã. Dessa forma, os jovens desenvolvem um maior senso de responsabilidade e pertencimento à comunidade escolar, elementos fundamentais para o sucesso das políticas educacionais de combate ao abandono e à reprovação⁴⁷.

⁴⁶ SEDUC (2020). Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2020/09/18/abandono-escolar-apresenta-reducao-continua-no-ceara-e-chega-a-38-em-2019-menor-nivel-da-historia/>.

⁴⁷ SEDUC (2020) *ibid*.

5.1.7 Impactos do Programa “Busca Ativa Escolar”

Segundo a SEDUC (2021)⁴⁸, uma das inovações apresentadas pelo programa “Busca Ativa Escolar” foi a incorporação de estudantes do Ensino Médio como monitores bolsistas, para apoiar a reinserção de colegas afastados da escola. A iniciativa, que faz parte do Ceará Educa Mais, fortalece a manutenção e a permanência dos jovens em 670 escolas da rede estadual, ao mesmo tempo, em que apoia o orçamento familiar dos estudantes. Foram disponibilizadas 3 mil bolsas, no valor de R\$ 200,00 mensais, para alunos atuarem diretamente nas ações do programa em 670 escolas da rede estadual. Os selecionados receberão benefício mensal no valor de R\$ 200,00 nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2021. Essa medida não apenas contribuiu para a manutenção dos vínculos escolares e a promoção do protagonismo juvenil, mas também ofereceu um suporte financeiro às famílias, promovendo um efeito multiplicador na motivação e no engajamento dos estudantes. (SEDUC, 2021).

A evasão escolar é um fenômeno multifatorial que exige respostas integradas e sensíveis às realidades das juventudes brasileiras. As políticas públicas nacionais e estaduais, como as implementadas pelo governo federal e pelo Estado do Ceará, demonstram avanços importantes ao aliar incentivos financeiros, apoio pedagógico e ações intersetoriais. Contudo, o sucesso dessas iniciativas depende da continuidade das políticas, do fortalecimento da escuta ativa dos jovens e da construção de uma educação que dialogue com seus interesses, necessidades e contextos.

Investir na juventude é apostar no presente e no futuro do país. Por isso, o enfrentamento da evasão escolar deve ser prioridade constante, com políticas que garantam não apenas o acesso à escola, mas sobretudo a permanência com qualidade e sentido para os estudantes.

⁴⁸ SEDUC (2021). <https://www.seduc.ce.gov.br/2021/09/14/programa-busca-ativa-escolar-engaja-estudantes-na-procura-por-colegas-ausentes/>

6. CONSIDERAÇÕES

A presente dissertação discutiu a problemática da evasão escolar, com o propósito de verificar as principais políticas públicas implementadas pelo estado do Ceará. O abandono escolar não se limita à ausência física dos estudantes nas instituições de ensino, mas representa a interrupção de projetos de vida, a limitação de oportunidades e o aprofundamento de desigualdades sociais e econômicas.

O objetivo principal deste estudo foi analisar como as políticas públicas do estado do Ceará contribuem para o combate à evasão escolar no ensino médio da rede pública de ensino. A partir desse foco, a pesquisa procurou verificar as principais políticas públicas implementadas e identificar as diretrizes presentes nos documentos legais.

Partindo do mapeamento das pesquisas que discutem os aspectos mais relevantes que levam os estudantes a evadirem da escola, identificaram-se fatores como os socioeconômicos, familiares, estruturais, a desconexão curricular, a reprovação e a gravidez na adolescência. Os dados evidenciam que a evasão escolar constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento de uma educação equitativa e de qualidade no Brasil.

Em relação ao segundo objetivo específico, foi possível verificar que o estado do Ceará tem adotado políticas públicas voltadas à permanência dos estudantes, como o Projeto Professor Diretor de Turma, o Programa Busca Ativa Escolar e o programa “Nem um Aluno Fora da Escola”. Essas iniciativas demonstram um esforço sistemático em construir estratégias de acompanhamento individualizado e articulação com a comunidade escolar.

Ao analisar os documentos legais do estado do Ceará, constatou-se a presença de diretrizes que orientam o enfrentamento à evasão escolar por meio do monitoramento de dados, da valorização da escuta dos sujeitos escolares e da articulação intersetorial com áreas como saúde e assistência social. Os documentos também enfatizam o fortalecimento do vínculo escola-família e a promoção de uma gestão escolar democrática.

Nesse sentido, Saviani (2008) destaca que a evasão escolar não pode ser compreendida isoladamente, por estar intrinsecamente ligada a fatores socioeconômicos, culturais e políticos. Para o autor, combater a evasão escolar requer

uma abordagem crítica e transformadora da educação, que reconheça e enfrente as desigualdades sociais e promova uma escola verdadeiramente democrática e inclusiva.

Os resultados obtidos também reforçam a necessidade de políticas públicas que dialoguem com as realidades escolares. A implementação de ações voltadas à permanência, ao apoio psicológico, à qualificação curricular e à melhoria da infraestrutura escolar revelou-se essencial. A formação continuada dos professores e a gestão participativa também foram apontadas como pilares estratégicos no enfrentamento da evasão.

Além disso, foi evidenciado que o envolvimento das famílias e da comunidade exerce papel fundamental na permanência dos estudantes. Parcerias com organizações locais e programas de assistência financeira são elementos relevantes para o fortalecimento da escola como espaço de acolhimento e pertencimento.

Em síntese, os objetivos propostos foram alcançados enquanto permitiram compreender o papel das políticas públicas cearenses na promoção da permanência escolar e na redução da evasão no ensino médio da rede pública. Os dados apontam que investir em ações intersetoriais, na escuta ativa dos sujeitos escolares e na valorização da escola pública é essencial para garantir o direito à educação de qualidade para todos.

Recomenda-se por tanto, a expansão do modelo do PDT para escolas rurais, onde a evasão ainda é 30% superior à média estadual (INEP, 2023), com adaptações para contextos locais. A luta contra a evasão escolar deve, portanto, ser entendida como prioridade nacional, exigindo esforços conjuntos entre governo, sociedade civil e famílias.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.), *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.
- ABRAMOVAY, Miriam. *Educação e desigualdade social no Brasil*. In: Revista Brasileira de Educação, v. 21, n. 62, p. 67-83, 2002.
- ALVES, Rodrigo Gomes; FERREIRA, Helen Gonçalves Romeiro; MELLO, Silvia Conceição Reis Pereira. *O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): alimentação e aprendizagem*. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 90-113, 2019.
- ARROYO, Miguel G. *Ofícios de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Laurence Bardin: tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edição 70, 2016.
- BORJA, Izabel Maria França de Souza; MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira. *Evasão escolar: desigualdade e exclusão social*. Revista Liberato, Santo André, v. 15, n. 23, p. 89-102, jan./jun. 2014.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 08/05/2025.
- BRASIL. *Decreto n.º 11.901 de 26 de janeiro de 2024* - Regulamenta a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público, e cria o Programa Pé-de-Meia. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d11901.htm. Acesso 27/05/2025.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n.º 9.394*. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 22 maio 2025.
- BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 maio 2025.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família: sumário executivo*. Brasília: MDS/Cedeplar, 2007, 20 p.
- BUSCA ATIVA ESCOLAR. *Guia Busca Ativa Escolar em crises e emergências*. Disponível em <https://buscaativaescolar.org.br/criseseemergencias/> Acesso em 07/04/2025.

CARVALHO, J. *O abandono escolar na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues, no Ceará*. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. p. 215. 2020.

CARVALHO, M. C.; RIBEIRO, J. P. *A influência do contexto familiar no abandono escolar dos jovens*. *Cadernos de Psicologia Escolar e Educacional*, 24(2), 233-248. 2022.

CEARÁ (Estado). *Manual de orientações das ações do professor diretor de turma*. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Cooperação com os Municípios. Fortaleza: SEDUC, 2010.

CEARÁ (Estado). Secretaria da Educação. *Chamada pública para adesão ao Projeto Professor Diretor de Turma*. Fortaleza: SEDUC, 2010. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2010/01/diretordeturma.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CEARÁ (Estado). Secretaria de Educação. *Humanização do ensino é grande marca do Projeto Diretor de Turma em 12 anos de existência*. 2020. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2020/10/06/humanizacao-do-ensino-e-grande-marca-do-projeto-diretor-de-turma-em-12-anos-de-existencia/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CEARÁ (Estado). Secretaria da Educação (Seduc). *Programa Busca Ativa Escolar engaja estudantes na procura por colegas ausentes*. Fortaleza, 14 set. 2021. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2021/09/14/programa-busca-ativa-escolar-engaja-estudantes-na-procura-por-colegas-ausentes/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CEARÁ (Estado). Secretaria da Educação. *Projeto Professor Diretor de Turma. Educação Profissional – Governo do Estado do Ceará*, [s.d.]. Disponível em: <https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/projeto-professor-diretor-de-turma/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CEARÁ (Estado). Secretaria de Educação. *Projetos estruturantes*. Disponível em <<http://www.ceara.gov.br/governo-do-ceara/projetos-estruturantes>>. Acesso em: 26/05/2025.

CEARÁ (Estado). *LEI N.º 16.025, DE 30.05.16 (D.O. 01.06.16). Plano Estadual De Educação (2016/2024)*. Disponível em: <<https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4019-lei-n-16-025-de-30-05-16-d-o-01-06-16>> Acesso em: 08/02/2025.

CEARÁ (Estado). Conselho Estadual De Educação do Ceará. *O que muda a partir de 2025*. Fortaleza: CEE, 2024. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/2024/08/02/o-que-muda-a-partir-de-2025/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SEDUC - *Secretária de Educação do Estado do Ceará*. Disponível em <https://www.seduc.ce.gov.br/2018/04/23/nem-um-aluno-fora-da-escola-ceara-lanca-programa-para-diminuir-abandono-escolar-nos-municipios/>. Acesso em 03/04/2025.

CEARÁ (Estado). *Secretária de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)*. Disponível em <https://www.seduc.ce.gov.br/2021/09/14/programa-busca-ativa-escolar-engaja-estudantes-na-procura-por-colegas-ausentes/>. Acesso em 07/04/2025.

CEARÁ (Estado). Secretária de Educação do Estado do Ceará (SEDUC). *Abandono escolar apresenta redução contínua no Ceará e chega a 3,8 % em 2019, menor nível da história*. Fortaleza, 18 set. 2020. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br>

/2020/09/18/abandono-escolar-apresenta-reducao-conti nua-no-ceara-e-chega-a-38-em-2019-menor-nivel-da-historia/. Acesso em: 16 jun. 2025.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *É possível mudar: a criança, o adolescente, e a família na política social do município*. Série Direitos das crianças. São Paulo: Malheiros, 1996.

CUNHA, P. A. *Violências e evasão escolar em turmas de educação de jovens e adultos de uma escola pública municipal de Uberlândia-MG*. Uberlândia, 2018. 213 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. Linha de pesquisa: Educação Básica - Fundamentos e Planejamento. Orientador: Prof. Dr. Eloy Alves Filho.

DAYRELL, Juarez. *O jovem como sujeito social*. Revista Brasileira de Educação, 2007. Campinas, n. 24, p. 40–52, set./dez.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas, p. 1-15, 2012.

DURLAK, J.A., WEISSBERG, R. P., DYMICKI, A.B., TAYLOR, R. D ; SCHELLINGER, K. *The impact of enhancing students' social and emotional learning: A meta-analysis of school-based universal interventions*. Child Development, 82(1), 405-432, 2011.

FAGUNDES, Adriana Saraiva Gomes; SIQUEIRA, Adriana Oliveira; SILVA, José Moisés Nunes. *O ensino médio brasileiro a partir da Lei nº 9.394/1996 entre avanços e retrocessos*. Epistemologia e Práxis Educativa-EPEduc, v. 6, n. 2, p. 1-20, 2023.

FERMIN, Maria da Conceição Corrêa. *Infraestrutura escolar no processo de ensino-aprendizagem*. RCMOS-Revista Científica Multidisciplinar O Saber, v. 1, n. 1, 2024.

FERREIRA, V. *A evasão escolar na educação básica: um estudo com moradores do campo*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. p. 101. 2022.

FINN, J.D.; ROCK, da (1997). *Sucesso acadêmico entre alunos em risco de fracasso escolar*. Journal of Applied Psychology, 82 (2), 221–234.

FONSECA, M. T.; COSTA, A. S. *Evasão e abandono escolar: um panorama dos conceitos e das causas*. Revista Educação e Sociedade, 40(1), 45-62. 2019.

FREDRICKS, JA, Blumenfeld, PC, & Paris, AH (2004). *Engajamento escolar: potencial do conceito, estado da evidência*. Revisão de pesquisa educacional, 74 (1), 59–109. <https://doi.org/10.3102/00346543074001059>.

FREIRE, P. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, A. *Evasão, abandono escolar e elevação da frequência em uma escola do centro-oeste mineiro: um caso de sucesso no 1º ano do ensino médio*. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. p. 130. 2020.

- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2008.
- HILL, N. E., TYSON, DF. *Envolvimento parental no ensino médio: Uma avaliação meta-analítica das estratégias que promovem o desempenho*. *Psicologia do Desenvolvimento*, 45 (3), 740–763, 2009.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- LANGE Marloes de, (2014) - *Formas de família monoparental e desempenho educacional das crianças em uma análise comparativa perspectiva: efeitos da proporção de famílias monoparentais na escola, eficácia escolar e Melhoria: Um Jornal Internacional de Pesquisa, Política e Prática*, 25:3, 329-350.
- LEITE, S. M. R. *Gestão escolar e desigualdades sociais: desafios contemporâneos*. Salvador: EDUFBA, 2015.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Práticas de organização e gestão da escola: objetivos e formas de funcionamento a serviço da aprendizagem de professores e alunos*. 2015. Disponível em: https://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/11022015_jose_carloslibaneo_i.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.
- LOPES, Maurício Antônio Ribeiro. *Comentários à Lei de Diretrizes e Bases da educação*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2017.
- MARGULIS, Sergio; URRESTI, Ricardo. *Juventude e política: disputas simbólicas e materiais*. 1996.
- MELO, Simone Lopes de; BORGES, Livia de Oliveira. *A transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 376-395, 2007.
- MENEGUSSO, L. *Programas de combate ao abandono escolar no Paraná (2018/2019): reflexões e compreensões*. Dissertação (Mestre em Educação em Ciências e em Matemática) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 153. 2022.
- Ministério da Educação. CENSO ESCOLAR. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censoescolar-2023>> Acesso em: 17/10/2024.
- MPCE - *Ministério Público do Estado do Ceará*. Disponível em <https://mpce.mp.br/2023/04/evasao-e-abandono-escolar-no-ensino-medio-sao-temas-de-oficina-realizada-pelo-mpce-e-entidades-parceiras/>. Acesso em 03/04/2025.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (MPCE). *Ensino Médio, Presente!*. Disponível em: <https://mpce.mp.br/institucional/centros-de-apoio-operacional/caoeeduc/projetos/ensino-medio-presente/>. Acesso em: 21 maio 2025.
- MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. *Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação*. EdUFSCar, 2002.
- Moreira; Camila F. (2019). Disponível em *JUSBRASIL* - <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/nota-tecnica-evasao-escolar-motivos/717147997>.
- MPSC.MP. *Trabalho em rede para combater a evasão e a infrequência escolar em Santa Catarina*. 2025. Online. Disponível em <https://www.mpsc.mp.br/programa-de-combate-a-evasao-escolar-apoia/entenda-como-funciona-o-apoia>. Acesso em 20 mar. 25.

PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia*. Org. Maria Helena Souza Patto. - São Paulo, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1990.

PEREIRA, Agnes Rocha *et al.* *Inclusão de alunos com deficiência na Rede Federal ept: infraestrutura, tecnologia assistiva e materiais didáticos*. Revista ComCiência, uma Revista multidisciplinar, v. 9, n. 13, p. e9132411-e9132411, 2024.

PEREIRA, F. A. D. F. E. (2015). *Envolvimento ativo/positivo da escola, família e comunidade na intervenção de alunos com psicopatologias e necessidades educativas especiais* (master's thesis, Universidade Católica Portuguesa (Portugal)).

PONCIANO, J. *"Ninguém mandou você engravidar!": um estudo de caso sobre a evasão escolar de jovens mulheres*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, p. 236. 2022.

PPE - *Relatório de Monitoramento do Plano Estadual de Educação do Ceará*. Disponível em <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2023/02/Relatorio-Monitoramento-Metas.pdf>. Acesso em 03/04/2025.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 115-A/1998, de 4 de maio. *Estabelece os princípios da autonomia das escolas e define as regras da sua organização*. Diário da República Eletrónico, Lisboa, 4 maio 1998. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/115-a-1998-155636>. Acesso em: 15 jun. 2025.

RAMOS, Ana Carolina. *Abandono e evasão escolar de adolescentes: problema para uma rede (integrada) de proteção*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Campinas, Limeira, p. 164. 2021.

RUMBERGER, Russell W. LIMA, Sun Ah. *Why students drop out of school: a review of 25 years of research*. Santa Barbara: University of California, 2008. California dropout research project: Report 15.

SANTOS, Georgina Gonçalves. SILVA, Lélia Custódio. *A evasão na educação superior: entre debate social e objeto de pesquisa*. In: SAMPAIO, S. M. R. (org.). Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-14.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

SANTOS, M.; SILVA, R. M. *Modelos teóricos da evasão no ensino superior e notas sobre o debate no Brasil*. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 16, n. 3, p. 645-656, nov. 2011.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007. 473p.

SAVIANI, Dermeval. *A defesa da escola pública na perspectiva histórico-crítica em tempos de suicídio democrático*. Nuances: estudos sobre Educação, p. 03-22, 2020.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. Autores associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 41. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC*. Educação & Sociedade, v. 28, p. 1231-1255, 2007.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA, Lizandra Rodrigues; OUTEIRO, Gabriel Moraes. *A eficácia do direito fundamental à educação em Marabá-PA*. Revista Educação e Saber-REdeS, v. 2, n. anais, p. 289-299, 2025.

SILVA, M. O. D. S. (2010). *Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira*. Revista Katálysis, 13, 155-163.

SILVA, Monica Ribeiro da. *Avanços e retrocessos nas recentes reformas do ensino médio: que rumo tomará a última etapa da educação básica?*. Eccos Revista Científica, n. 67, 2023.

SOUSA, Eliézio. *A reprovação, evasão e abandono no ensino médio noturno de uma escola estadual do Amazonas*. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. p. 140. 2016.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão de literatura*. Sociologias, n.8, p.20-45, 2025.

TAVARES JÚNIOR, F.; SANTOS, J. R. dos; MACIEL, M. de S. *Análise da evasão no sistema educacional brasileiro*. *Pesquisa e Debate em Educação*, [S. l.], v. 6, n. 1, [2016], p. 73–92. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31940>. Acesso em: 19 fev. 2021.

TIBOLA, Naiara Gracia; RAITZ, T. R.; CAETANO Costa de Aquino, D. (2020). *Sentidos do trabalho na perspectiva de jovens universitários*. *Boletim Técnico Do Senac*, 46(1).

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Construção do conhecimento em sala de aula*. Cadernos Pedagógicos do Libertad, 2; 3. ed. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Os novos mapas da escola: modernidade, pedagogia e sociologia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.